

**A INFLUÊNCIA DE FATORES MACROECONÓMICOS E
SOCIAIS NA ADOÇÃO DAS IFRS PARA PME NOS PAÍSES
EM DESENVOLVIMENTO**

Bruno Gonçalves Viegas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Gestão

Orientadora:

Prof.^ª Doutora Helena Oliveira Isidro, Prof.^ª Catedrática, ISCTE Business School,
Departamento de Contabilidade

junho 2017

Agradecimentos

Para a realização desta dissertação de mestrado, em que todo o processo exigiu um grande esforço da minha parte e adicionalmente por ser um processo de execução mais solitário, as pessoas que me rodearam no período de desenvolvimento da investigação tiveram um contributo fulcral na minha performance tanto a nível comportamental como a nível do pensamento crítico. Deste modo, a envolvente familiar e a envolvente académico-profissional merecem um papel de destaque pelo seu contributo.

Concretamente, referir o meu especial agradecimento e apreço relativamente ao trabalho desenvolvido pela minha orientadora de dissertação, Professora Doutora Helena Oliveira Isidro, pelo apoio, colaboração, competência e pela total disponibilidade demonstrada ao longo do período da investigação. A sua participação, partilha de conhecimento e contributo foram essenciais para que houvesse um estímulo adicional, e ainda para que a investigação constituísse mais um passo no contributo do desenvolvimento da temática abordada.

Importa também, salutar os meus colegas de mestrado pela ajuda no pensamento crítico, pois tal facto originou a construção/desenvolvimento de novas ideias que contribuíram para o enriquecimento teórico-prático da investigação.

Quero agradecer também a toda a minha família o apoio demonstrado, especialmente aos meus pais, pois o encorajamento, o incentivo e a atitude deles para comigo foi fundamental para a elaboração desta dissertação de mestrado. Com esta etapa que agora finda, de referir, que os meus pais foram a pedra basilar em todo o meu percurso académico, especialmente no mestrado, assim espero que a execução deste trabalho de investigação possa, de alguma forma, retribuir/recompensar o apoio incessante demonstrado todos os dias por eles.

O facto de todas estas pessoas anteriormente referidas acreditarem nas minhas capacidades fez com que tivesse todos os alicerces necessários para a investigação da temática abordada.

Resumo

A investigação analisa o nível de influência que fatores de natureza macroeconómica e social podem ter na decisão de adoção do sistema normativo contabilístico baseado nas *International Financial Reporting Standard* para pequenas e médias empresas (IFRS para PME), especificamente nos países em desenvolvimento.

Tendo como base amostral um conjunto de 60 países e utilizando na investigação análises descritivas e um modelo de regressão logística, encontro suporte para afirmar que nesta tipologia de países é relevante o nível de desenvolvimento institucional, pois quanto maior for o coeficiente desta variável maior será a propensão para a adoção das IFRS para PME. Para otimizar o desenvolvimento institucional o país deve ter em consideração principalmente variáveis de natureza político-legislativa, assim conseguirá construir alicerces para um desenvolvimento sustentável da sua economia, e em função disso potenciar o desenvolvimento empresarial, sendo por esta via, uma vantagem a harmonização contabilística através das IFRS para PME.

O grau de formação e a familiaridade com as *International Financial Reporting Standard* (IFRS) são também fatores importantes na decisão de adoção das IFRS para PME. Relativamente ao nível de educação/formação, esta variável revela-se importante pois quanto melhor for o conhecimento apreendido melhor será a decisão tomada. No aspeto da familiaridade com as IFRS, esta despoleta uma atitude de maior propensão à adoção do mesmo sistema contabilístico mas segmentado para as PME. Esta premissa é relacionável com o facto do país em desenvolvimento já possuir *know-how* e ter a experiência de trabalhar com as IFRS, sendo estas características uma vantagem.

Palavras-chave: IFRS para PME, harmonização contabilística, fatores influenciadores, países em desenvolvimento.

JEL classification system: M41, O57

Abstract

This research study the influence of macroeconomic and social factors on the decision to adopt International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SME) with a focus on developing countries.

Based on a sample of 60 countries and using descriptive analysis and a logistic regression model, this investigation find support for the idea that the level of countries institutional development is positively related with a greater likelihood to adopt IFRS for SME. In order to optimize institutional development, the country must take into account political-legislative variables. In this way, the country is able to lay the foundations for a sustainable development of its economy, whereby companies and accounting systems should be integrated, this will be an advantage to harmonize accounting through IFRS for SME.

The understanding and familiarity with IFRS are also relevant factors to the decision of adoption IFRS for SME. Regarding the level of education, the results indicate that knowledge positively affects the decision to adopt IFRS for SME because people with a greater level of education can take better decisions. Familiarity with IFRS triggers an attitude of greater propensity to adopt the same accounting system for small and medium-sized companies because developing countries already have the know-how and experience of working with IFRS.

Keywords: IFRS for SME, accounting harmonization, influencing factors, developing countries.

JEL classification system: M41, O57

Índice geral

1.	Introdução.....	1
1.1.	Objetivo do estudo.....	1
1.2.	Estrutura da dissertação.....	2
2.	Revisão da literatura.....	3
2.1.	Harmonização contabilística.....	3
2.1.1.	A qualidade do sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS.....	4
2.1.2.	Os fatores influenciadores na adoção das IFRS.....	5
2.2.	A implementação das IFRS para PME.....	8
2.2.1.	Os fatores influenciadores na adoção das IFRS para PME.....	9
3.	Desenvolvimento das hipóteses de investigação.....	10
3.1.	Desenvolvimento institucional.....	10
3.2.	Abertura ao Exterior.....	14
3.3.	Educação/Conhecimento.....	16
4.	Análise empírica.....	17
4.1.	Metodologia.....	17
4.2.	Amostra.....	18
4.3.	Mensuração das variáveis.....	20
4.3.1.	Decisão de adoção das IFRS para PME.....	20
4.3.2.	Familiaridade com as IFRS.....	20
4.3.3.	Índice de Corrupção.....	21
4.3.4.	Estabilidade Política.....	22
4.3.5.	Efetividade da Governação.....	22
4.3.6.	Rule of Law.....	22
4.3.7.	Qualidade Regulatória.....	23
4.3.8.	Investimento Estrangeiro.....	23
4.3.9.	Nível de Educação.....	24

4.3.10. Exportações de Bens e Serviços.....	24
4.3.11. PIB per Capita.....	25
5. Análise descritiva das variáveis de estudo	25
6. Agrupamento das variáveis de estudo	31
7. Fatores que influenciam a decisão de adoção das IFRS para PME nos países em desenvolvimento.....	33
8. Conclusão	36
8.1. Conclusões obtidas	36
8.2. Limitações.....	38
8.3. Recomendações	39
9. Bibliografia.....	40

Índice de figuras

Figura 1 - Scree Plot.....	45
----------------------------	----

Índice de tabelas

Tabela 1 - Países presentes na investigação	19
Tabela 2 - Variáveis, siglas e escalas	25
Tabela 3 - Características dos 33 países em desenvolvimento que adotaram as IFRS para PME.....	26
Tabela 4 - Características dos 27 países em desenvolvimento que não adotaram as IFRS para PME.....	28
Tabela 5 - Frequências relativas e percentuais das variáveis	30
Tabela 6 - Média, mediana e desvio-padrão das variáveis	30
Tabela 7 - Matriz de correlações	32
Tabela 8 - Agrupamento das variáveis nas CP's	32
Tabela 9 - Siglas da var. dependente e CP's.....	33
Tabela 10 - Coeficientes e indicadores de qualidade da Reg. Logística	34
Tabela 11 - Variância explicada (Critério de Kaiser).....	44

Lista de abreviaturas

ACP - Análise em Componentes Principais

BAS - *Bangladesh Accounting Standards*

BFRS - *Bangladesh Financial Reporting Standards*

CAS - *Chinese Accounting Standards*

CEU - Comissão da União Europeia

CP's – Componentes Principais

DF's - Demonstrações Financeiras

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

FDI - *Foreign Direct Investment*

GAAP - *Generally Accepted Accounting Principles*

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IFRS for SME - *International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities*

IFRS para PME - *International Financial Reporting Standards para Pequenas e Médias Empresas*

KMO - *Kaiser-Meyer-Olkin*

WGI - *Worldwide Governance Indicators*

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pequenas e Médias Empresas

RAS - *Russian Accounting Standards*

SEBI - *Securities Exchange Board of India*

TRV - Teste de Razão de Verossimilhança

UE - União Europeia

USD - *United States Dollar*

1. Introdução

1.1. Objetivo do estudo

A importância mundial das pequenas e médias empresas (PME) verifica-se ao nível social, cultural e económico. As PME representam uma parte considerável relativamente ao total de empresas existentes (Kersten, et al., 2017), assim estas contribuem para o desenvolvimento económico e social dos países, para a criação de riqueza e ainda criação de postos de trabalho.

Desde o período em que foram emitidas normas internacionais de relato financeiro especificamente para PME, em 2009, dos 140 países constantes na base de dados do *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente 83 requerem ou permitem a utilização das IFRS para PME (IASB, 2017). Com a evolução temporal, acentuou-se a importância de existir cada vez mais um sistema normativo contabilístico harmonizado, assim os países que adotaram inicialmente as IFRS somente para empresas cotadas têm vindo a seguir a tendência de permitir/requerer também o sistema normativo contabilístico especificamente para pequenas e médias empresas.

Em cada país podem existir fatores, tanto de cariz macroeconómico como social, em que este tipo de variáveis podem influenciar a decisão de adotar as IFRS para PME. Posto isto, esta investigação pretende lançar novas bases informativas acerca dos diversos fatores, nomeadamente fatores de natureza macroeconómica e social, que possam influenciar essa decisão.

No que respeita aos estudos já realizados sobre IFRS para PME, até à data, estes assentam principalmente na premissa de analisar do ponto de vista dos investidores as vantagens e desvantagens da implementação do sistema normativo contabilístico.

Esta investigação pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido por (Kaya & Koch, 2015), em que os autores estudaram a influência de fatores como: a existência de *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) ao nível de cada país, a aplicação das IFRS para todas as empresas, a qualidade de governação e o sistema legal, na decisão do país adotar ou não as IFRS para PME, tendo como base vários países não estratificados por nível de desenvolvimento económico.

Com a revisão de literatura efetuada, conclui-se que existem diversas variáveis que potencialmente podem ajudar a explicar a decisão de adoção das IFRS para PME.

Cientificamente não existe muita investigação sobre a temática, assim o objetivo do estudo passa por formular hipóteses de investigação com o intuito de apurar potenciais variáveis relevantes na decisão de adoção do sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS para PME.

A investigação é dedicada ao estudo de variáveis influenciadoras da decisão de adoção das IFRS para PME nos países em desenvolvimento, pois neste segmento específico de países existe escassez de informação contabilística, dado o nível de desenvolvimento económico existente e a falta de apoios governamentais/institucionais também não promover a possibilidade de maximização dos conhecimentos ao nível da contabilidade. Ainda o facto destes países possuírem um GAAP nacional com muito pouca relevância ou até mesmo a não existência deste, faz com que esta investigação tenha relevância devido ao facto de ajudar a aumentar o conhecimento na área contabilística e ainda contribuir para o desenvolvimento de linhas diretrizes no âmbito das IFRS para PME.

No que respeita às variáveis em estudo, estas são: a “Familiaridade com as IFRS”, o “Índice de Corrupção”, a “Estabilidade Política”, a “Efetividade da Governação”, a “Rule of Law”, a “Qualidade Regulatória”, o “Investimento estrangeiro no país”, o “Nível de Educação”, as “Exportações de bens e serviços” e o “PIB per Capita”; em que através de um modelo estatístico de regressão logística vai ser analisado o nível de correlação que as variáveis influenciadoras têm na variável “decisão de adotar as IFRS para PME”.

1.2. Estrutura da dissertação

A dissertação segue um critério rigoroso e congruente no que respeita à sua estrutura concetual, para com isto, facilitar a pesquisa e análise dos conteúdos abordados.

Desta forma, posteriormente à introdução da temática é elaborada a revisão da literatura acerca da temática em investigação, na seção 3 são desenvolvidas as hipóteses de investigação. Na seção 4 consta a abordagem inicial ao estudo empírico onde é contextualizada a metodologia, a amostra e os critérios de mensuração das variáveis em estudo. Posteriormente, nas seções 5, 6 e 7, respetivamente é feita a análise descritiva das variáveis, é feito o estudo das componentes principais (CP's) e são analisados os níveis de correlação existentes entre as variáveis influenciadoras e a variável dependente.

Na seção 8 apresenta-se a conclusão referente à investigação, assim como são também referidas as limitações e recomendações.

2. Revisão da literatura

2.1. Harmonização contabilística

Nos últimos anos, com a crescente necessidade de maior interação entre povos fundamentada pela globalização, adjacente a este facto surge a necessidade internacional ao nível económico do desenvolvimento de um processo de harmonização contabilística. A União Europeia (UE) reconheceu que existe a necessidade de padrões normativos contabilísticos mais homogéneos (Christensen, Hail, & Leuz, 2013) para que os investidores/credores possam de forma mais adequada e transparente avaliar os riscos/oportunidades presentes numa empresa assim como fazer comparações fiáveis entre empresas (Elliott & Elliott, 2011). Com a existência de regras contabilísticas harmonizadas, imputa-se na contabilidade a capacidade de ser mais responsiva, em que por existir maior alinhamento entre todos os países torna mais fácil e ágil a capacidade de poder responder positivamente às novas necessidades contabilísticas que surjam no futuro (Volcker, 2002).

Deste modo, a formulação de um sistema normativo contabilístico igual para todos assume especial relevância, sendo que várias entidades têm sobressaído nesse esforço, nomeadamente o IASB e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

Assim, as IFRS representam a mudança de regras contabilísticas com mais impacto nos últimos tempos (Cascino & Gassen, 2014), este facto deve-se à necessidade de nas organizações existirem sistemas normativos contabilísticos harmonizados na perspetiva de existirem reportes financeiros comparáveis (Chua & Taylor, 2008) e de alta qualidade (Barth, Landsman, & Lang, 2008), privilegiando a troca de informação confiável e transparente (Cascino & Gassen, 2014).

(Volcker, 2002) refere que a contabilidade tenta mensurar justa e adequadamente, dando resposta à movimentação dos mercados financeiros, assim neste sentido, a globalização dos mercados com sistemas normativos contabilísticos dissimilares aumentaria mais os riscos tanto para empresas como para investidores.

A existência de um conjunto de regras uniformizadas que permitam fornecer dados financeiros das empresas aos investidores, para que estes possam avaliar/analisar a performance das organizações é uma boa opção (Chua & Taylor, 2008). Assim todas as partes envolvidas no ambiente económico reconhecem que um sistema normativo contabilístico igualitário é uma vantagem tanto para empresas cotadas como para empresas não cotadas.

O objetivo da harmonização contabilística, segundo (Volcker, 2002), deve ser atingido tendo por base três pontos fulcrais, especificamente nos reportes financeiros: clarividência lógica e consistente, onde aqui se deve refletir a realidade económica; ser compreensível e reportada atempadamente, para que todos os indivíduos possam ter acesso à informação e ainda o reporte financeiro deve ter uma estrutura alinhada com as diretrizes legislativas e regulatórias em vigor.

2.1.1. A qualidade do sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS

Como ponto positivo na adoção das IFRS por parte dos países, surge a quantidade de informação reportada em comparação com países que não adotam este tipo de sistema normativo contabilístico (Landsman, Maydew, & Thornock, 2012). Também o nível de qualidade da informação contabilística aumenta, todavia as IFRS precisam de reduzir a informação assimétrica e a utilização de mecanismos de gestão nas empresas irá promover a qualidade da informação contabilística (Kao & Wei, 2014).

A adoção das IFRS fornece um nível de proteção adicional no que respeita aos investidores, comparativamente com o sistema normativo contabilístico em vigor nos Estados Unidos da América. A existência de regras contabilísticas uniformes aumenta a comparabilidade dos reportes financeiros, todavia, as empresas que operam numa escala internacional aumentarão os seus custos e esforços associados com a preparação e adequação das demonstrações financeiras (Herz, 2011).

No visão de (Volcker, 2002) será um problema se a harmonização contabilística falhar ao nível da sua implementação nos países, pois este facto trará implicações na manutenção da confiança nos mercados de capitais e por conseguinte nos custos do capital.

No estudo de (Dumitru, 2012) é analisada a opinião dos contabilistas na Roménia, concluindo-se que estes acreditam que os custos associados à adoção das IFRS estão relacionados com: a formação específica dos colaboradores da empresa (92%), a aquisição/modificação de *software* informático (72%), a contratação de consultores (62%) e com os custos relacionados com as demonstrações financeiros e conceção de modelos para as mesmas (42%).

2.1.2. Os fatores influenciadores na adoção das IFRS

Os fatores macroeconómicos são os principais influenciadores na decisão de adoção das IFRS, contudo variáveis de natureza microeconómica também influenciam este tipo de decisão, enquanto que as influências institucionais de cada país têm vindo a perder relevância (Zehri & Chouaibi, 2013).

(Kvaal & Nobes, 2010) compararam informação presente nos relatórios anuais de várias empresas que utilizam IFRS e encontraram evidência para afirmar que as políticas utilizadas permitem a ocorrência de diferenças sistemáticas. Tendo em conta os países presentes no estudo, as tradições nacionais explicam algumas das variações nas políticas ao nível do sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS. Assim, existem fatores de ordem política, económica, social e cultural que potencialmente podem influenciar o desenvolvimento e difusão das IFRS.

A decisão de adotar voluntariamente as IFRS por qualquer empresa cotada é influenciada por diversos fatores, de entre os quais, fatores macroeconómicos e microeconómicos. As variáveis microeconómicas têm mais relevância em países mais desenvolvidos e conseqüentemente com organizações mais robustas, por outro lado, verifica-se o cenário oposto, nos países com menor grau de desenvolvimento económico, os fatores macroeconómicos assumem maior importância ao nível das variáveis que influenciam mais a decisão de adoção das IFRS (Francis, Khurana, Martin, & Pereira, 2008).

Segundo (Shima & Yang, 2012) os fatores que mais influenciam a decisão de adoção das IFRS são: a tendência de globalização e a existência de incentivos para os países, pois se o volume de negócios aumentar com os países em que as IFRS já estão implementadas, tal facto sugere que o país que ainda não adotou o sistema normativo contabilístico considere fazê-lo com o objetivo de facilitar o cruzamento de informação com os clientes.

A necessidade de investimento estrangeiro no país incentiva a que este adote as IFRS para que não existam tantos entraves à entrada de novas empresas; os países com altos níveis de inflação e com grande dimensão do mercado de capitais estão mais relutantes em adotar as IFRS, este fator está relacionado com a preocupação da substituição do GAAP elaborado pelo país.

Partindo da premissa que as normas contabilísticas influenciam o comportamento económico-financeiro, a mudança dos sistemas normativos contabilísticos para as IFRS trouxe uma fase de transição para todas as partes envolvidas. Assim, a fase de transição de sistema normativo contabilístico pode ser influenciada pelo sistema político, o que pode explicar o quão rápida é a decisão do país adotar ou não as IFRS, isto verifica-se especialmente nos países em que existe maior poder de veto¹ e com maior propensão à existência de *lobbying*² (Johnson, 2011).

As partes envolvidas no mundo económico-financeiro: acionistas, investidores, gestores, empregados, fornecedores, clientes, entre outros, têm vários interesses e em função disso tentam exercer pressão para de algum modo influenciar a decisão do poder político a seu favor (Johnson, 2011).

Vários países europeus, no grupo dos países desenvolvidos que adotaram as IFRS e segmentados por nível de corrupção foram estudados, para apurar o grau de confiabilidade antes e depois da adoção das IFRS. A investigação sugere que existe um acréscimo no nível de confiabilidade dos reportes financeiros aquando da transição para o sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS. No estudo é encontrada evidência para concluir, que nos países onde existe maior índice de corrupção o grau de confiabilidade nas demonstrações financeiras (DF's) é baixo. Deste modo, é importante referir que o nível de fiabilidade presente nos reportes financeiros para cada país depende não só da adoção das IFRS, mas também está relacionado com o nível de corrupção existente em cada país (Kythreotis, 2015).

Segundo (Zehri & Chouaibi, 2013), os autores afirmam que o sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS é bastante complexo e requer um conhecimento vasto, minucioso e abrangente sobre a temática, todavia ainda é mencionada a insuficiência de somente possuírem-se conhecimentos contabilísticos para aprender/estudar as IFRS,

¹ Veto: capacidade de bloquear, suspender, proibir um ato ou lei.

² *Lobbying*: medida de relação entre as contribuições de política legal e decisões políticas tomadas.

também sendo relevante o conhecimento de outras áreas como: gestão do risco de mercado e finanças. Assim, o grau de receptividade à introdução das IFRS em cada país pode ser influenciado pelo nível de educação. Neste sentido (Zehri & Chouaibi, 2013) corroboram o conhecimento teórico no seu estudo, concluindo que nos países em desenvolvimento onde existe um nível de educação mais elevado, é onde se regista o maior grau de receptividade à adoção das IFRS.

No âmbito dos lucros registados em empresas da França, da Austrália e do Reino Unido no período anterior e posterior à implementação das IFRS, num quadro comparativo, verificou-se que os níveis de ganhos financeiros presentes nas demonstrações financeiras não baixavam com a mudança de sistema normativo contabilístico, pelo contrário aumentaram no caso da França (Jeanjean & Stolowy, 2008), indiciando isto, que as IFRS são tão regradadas quanto os GAAP que estavam implementados nos 3 países estudados antes da adoção das IFRS.

Já no âmbito dos estudos que desenvolvem teorias sobre a decisão de adoção das IFRS com base de incidência nos países em desenvolvimento, regista-se que os países mais receptivos à adoção das IFRS têm elevado nível de crescimento económico, elevado nível de educação e um sistema legal baseado em *common law*³ (Zehri & Chouaibi, 2013).

Com base no sistema legal vigente em cada país o estudo de (Kiliç, Uyar, & Ataman, 2014) refere a dificuldade dos contabilistas na Turquia, pois estes têm dificuldade em assimilar o sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS devido a estarem familiarizados com sistemas legais baseados em *code law*⁴.

(Lasmin, 2012) também segmentou o seu trabalho num conjunto de países em desenvolvimento e investigou indicadores que pudessem influenciar a decisão de adotar as IFRS. Com metodologias assentes no modelo das 5 dimensões de *Hofstede* investigou aspetos socioculturais das sociedades, concluindo assim que a cultura tem uma forte relevância aquando a decisão de adotar ou não as IFRS. Com o mesmo intuito (Nurunnabi, 2015) também desenvolveu teorias envolvendo os fatores culturais de uma sociedade e o nível de corrupção, o estudo incidiu nos países em desenvolvimento. Assim,

³ *Common law* é um sistema legal de origem anglo-saxónica e tem como abrangência um direito baseado em usos e costumes, ou seja, um tipo de direito que não passa pela criação de leis ou regras, sendo aplicadas sanções ou soluções específicas para cada situação.

⁴ *Code Law* é um sistema legal baseado no Direito Romano, que é baseado em regras, leis e códigos. Este tipo de sistema legal tem um alto grau de informação e especificidade nas regras a serem aplicadas.

permitiu concluir que existem pressões coercivas com o intuito de favorecer determinadas entidades aquando a decisão, também existe escassez de pessoas que implementem e que sejam proactivas no estudo do melhor sistema normativo contabilístico para vigorar no país, assim como os altos níveis de corrupção verificados fazem com que este tipo de países não adotem as IFRS.

2.2. A implementação das IFRS para PME

Relativamente às pequenas e médias empresas até ao ano de 2009 não houve qualquer implementação de um sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS para este tipo de empresas, somente existia abrangência das IFRS para empresas cotadas (IASB, 2017).

Sendo as PME muito significativas na economia de qualquer país (Bisticic & Agatic, 2011; Cunningham & Rowley, 2010; Ayyagari, Beck, & Demirguç-Kunt, 2003), facto este, que é justificável pela constante importância que diversos organismos internacionais atribuem a esta tipologia de empresas aquando a elaboração de novas diretrizes ou reajuste de políticas já existentes (Bisticic & Agatic, 2011). As PME são também bastante importantes no desenvolvimento económico descentralizado e no desenvolvimento social da região onde estão sediadas, pois conseguem servir de plataforma a vários níveis, por exemplo, na formação de novos colaboradores e potenciação das suas capacidades, geração de postos de trabalho indirectos e exploração de nichos de mercado (Dimoska, Tuntev, & Nikolovski, 2015).

Assim, no ano de 2009 foram formuladas e implementadas as IFRS para PME como resposta à elevada procura internacional, tanto de países desenvolvidos como de países em desenvolvimento por um sistema normativo contabilístico rigoroso, simples e que estabelecesse um conjunto de regras contabilísticas específicas para pequenas e médias empresas (Pacter, 2014), deste modo as PME podem ter um importante e mais facilitado acesso ao capital, em que os potenciais credores/investidores podem ter um sistema de reporte financeiro simples, comparável e fiável (IASB I. A., 2016).

Com a criação das IFRS para PME, o paradigma de que o tamanho da empresa é uma barreira, por exemplo ao nível do investimento alterou-se, pois as PME normalmente produziam os seus relatórios financeiros apenas com o objetivo de utilização por parte do sócio/gerente, ou ainda, por uma possível obrigação governamental. Desde a entrada em vigor das IFRS para PME que a informação contabilística reportada pelas empresas

passou a ter outro alcance, possibilitando a existência de uma informação financeira de qualidade e conseqüentemente transmitindo mais confiança para o exterior (IASB I. A., 2016).

Num cenário comparativo com as IFRS, as IFRS para PME são mais simples e claras. Os tópicos que não eram relevantes para as pequenas e médias empresas foram removidos do sistema normativo contabilístico, como por exemplo, os ganhos por ação, assim como vários princípios de reconhecimento e mensurabilidade foram simplificados, por exemplo: ativos, passivos, rendimentos, despesas, amortizações e empréstimos. Perfazendo, aproximadamente, 90% de redução relativamente aos requerimentos apresentados nas IFRS (IASB I. A., 2016).

2.2.1. Os fatores influenciadores na adoção das IFRS para PME

No campo das IFRS para PME começam a ser explorados potenciais fatores que possam influenciar a decisão de adoção do sistema normativo contabilístico, assim (Kaya & Koch, 2015) com base numa amostra de 128 países concluíram que os países que não tinham capacidade para desenvolver o GAAP nacional estavam mais propensos à adoção das IFRS para pequenas e médias empresas. Também foi encontrada evidência que comprova que os países que já adotaram as IFRS, posteriormente são mais recetivos à adoção do sistema normativo contabilístico para as pequenas e médias empresas, se existir uma baixa qualidade ao nível do governo em funções e um sistema jurídico *common law* os países mais facilmente adotam as IFRS para PME.

O estudo elaborado por (Albu, 2013), tendo como base de investigação as PME sediadas na Roménia, conclui que quanto maior o tamanho da empresa mais possibilidades esta tem de adotar as IFRS para PME, tal facto deve-se a que uma empresa com maior dimensão do volume de negócios consegue suportar mais facilmente os custos adjacentes à implementação do sistema normativo contabilístico.

(Kiliç, Uyar, & Ataman, 2014) especificamente para a Turquia investigaram aspetos como: o grau de consciência em relação às IFRS para PME, o nível de informação, o nível de preparação para a adoção do sistema contabilístico e a perceção dos contabilistas em relação ao novo sistema normativo contabilístico. Deste modo, o estudo encontra evidência para afirmar que a maior parte dos profissionais da contabilidade estão conscientes da fase em que se encontra o processo de adoção do sistema normativo

contabilístico na Turquia, tendo estes ainda, um nível moderado de informação sobre as IFRS para PME e ainda estão otimistas em relação a todo o processo de implementação.

Noutro sentido (Perera & Chand, 2015) relatam a existência de vários problemas no processo de desenvolvimento e implementação das IFRS para PME, dos quais se destaca, o facto dos indivíduos que são parte integrante no processo das IFRS para PME não estarem devidamente informados pelo IASB acerca de todas as eventuais implicações presentes no processo. Este facto pode significar que o IASB tem uma base algo abstrata para modificar e simplificar os princípios das IFRS e ainda revela a existência de uma tendência para descurar recomendações/sugestões das PME para melhorar o sistema normativo contabilístico já existente.

(Devi & Samujh, 2015) executaram um estudo onde analisaram o impacto que os indicadores na área da política económica podem ter na decisão de adoção das IFRS para PME, no caso particular dos países em desenvolvimento. A principal conclusão retirada foi que esta tipologia de países tem um papel pouco ativo, ou seja, pouco relevante na interação com o IASB, como consequência as atualizações feitas às IFRS para PME não são coerentes com a estrutura concetual das pequenas e médias empresas existentes nesta tipologia de países. Deste modo, o IASB deverá ter mais foco neste conjunto de países, tendo em conta as necessidades existentes, a cultura, as infraestruturas regulatórias, as estruturas políticas, o tipo de investidores e as barreiras existentes aquando a implementação de um novo sistema normativo contabilístico (Devi & Samujh, 2015).

3. Desenvolvimento das hipóteses de investigação

3.1. Desenvolvimento institucional

O Desenvolvimento Institucional assenta fundamentalmente em três dimensões: a legal, a governativa e a económica (Bank, 2017). Assim, relativamente ao aspeto legal é de salientar a importância de avaliar aspetos como: a *rule of law* e a qualidade regulatória. Já no que respeita à dimensão governativa, devem-se adotar indicadores para mensurar o nível político existente em cada país, nomeadamente: efetividade governativa e estabilidade política, segundo (Kaufmann, Kraay, & Mastruzzi, 2016). Ainda de referir que o aspeto económico assume particular relevância para que determinado país potencie o seu desenvolvimento institucional, pois métricas como, por exemplo, o PIB *per capita* influenciam os hábitos humanos, tanto ao nível dos hábitos de consumo como dos hábitos

de educação/saúde, em que segundo (Linden & Ray, 2017) um aumento positivo no PIB *per capita* leva à existência de uma melhor distribuição de riqueza na vida de cada pessoa e com isso influenciar os seus hábitos.

Num modo mais específico, na dimensão político-legal, a corrupção advém de um conjunto de interesses entre partes, assim, concretamente no caso do *lobbying* governamental, este advém de interesses próprios que o órgão governamental tem, juntando a isto, o facto de controlar o acesso formal aos mercados. Deste modo, o suborno é a medida de limitação para as organizações, fazendo com que estas se segmentem, prevalecendo as empresas com mais poder económico (Emerson, 2005), a corrupção é um caminho inevitável a percorrer por parte dos líderes/investidores para conseguirem expandir os seus negócios globalmente (Weber, 2008).

No que respeita às empresas, tende a existir mais corrupção e poder de influência quanto maior for: o tamanho da organização, a quota de mercado, o número de parcerias e se existir uma orientação internacional por parte da empresa (Weymouth, 2012). Nos países onde existe pouca competitividade empresarial o nível de corrupção tende a ser mais elevado, assim esta premissa é bastante relevante no caso dos países em desenvolvimento, sendo a corrupção o principal entrave ao crescimento económico neste tipo de países (Goel & Nelson, 2010). A corrupção está negativamente correlacionada com a competitividade entre organizações (Emerson, 2005).

Deste modo, nos países ricos o *lobbying* é preferido para exercer influência política, estando este positivamente correlacionado com o tamanho da empresa e com o grau de desenvolvimento económico (Emerson, 2005), especificamente em relação aos países em desenvolvimento (Weymouth, 2012) refere que as empresas com maior poder económico exercem maior influência nas políticas a criar/implementar. Tal facto acontece, devido à influência que este tipo de empresas têm na economia dos países em desenvolvimento, em que (Lautier & Moreaub, 2012) fazem referência à importância de existir crescimento do PIB para que consequentemente as empresas multinacionais vejam o país como uma oportunidade de negócio.

Investigações de (Ionescu, 2013) e (Bohn, 2012) fazem a distinção entre a corrupção realizada e a corrupção percebida, sendo estas duas visões fenómenos distintos. A falta de confiança no sistema de justiça e a percepção por parte das pessoas de que nada está a ser feito para combater a corrupção contribui para o aumento dos níveis de

corrupção percecionada, pois esta variável deriva da avaliação negativa acerca do *modus operadi* das instituições democráticas. Por outro lado, a variável mais importante no que respeita à corrupção realizada/experienciada é a escolha racional da entidade/pessoa a corromper, estando esta fortemente relacionada com motivações e oportunidades.

Crescimento económico pode significar a diminuição do índice de corrupção, isto acontece, pois o facto de existir crescimento económico pode resultar no aumento dos incentivos monetários aos políticos, o que fará com que não haja tanta necessidade de corrupção por parte destes. Significante também é o facto de quando a corrupção é reduzida e existem bons governos, estes fatores produzem efeitos positivos no crescimento económico do país (Weber, 2008). Já quando analisado o número de elementos que compõem o governo, quanto maior o número de pessoas no governo menor será o nível de corrupção (Kotera, Okada, & Samreth, 2012; Goel & Nelson, 2010). A corrupção significa a diminuição da confiança relativamente aos organismos políticos e também relativamente à satisfação com o regime democrático existente (Bohn, 2012), assim altos níveis de escolaridade e democracia ajudam a minimizar os níveis de corrupção (Emerson, 2005), pois a mitigação/ausência de corrupção é uma característica que define uma boa governação (Ionescu, 2013).

Um aspeto importante a considerar é a estabilidade política, pois adjacente a esta variável esta a democracia, em que (Telatar, Telatar, Cavusoglu, & Tosun, 2010) referem que a estabilidade política aumenta quanto mais for tida em consideração a democracia no país.

Para (Aisen & Veiga, 2006) e (Telatar, Telatar, Cavusoglu, & Tosun, 2010) a conclusão retirada tem em conta o comportamento da variável instabilidade política na variável inflação, pois quando existe instabilidade política existe tendência para um índice de inflação mais elevado. O facto de uma elevada instabilidade política potenciar uma maior inflação deve-se, essencialmente às constantes mudanças de governo, o que consequentemente também influencia as políticas adotadas por cada governo em atividades no parlamento (Aisen & Veiga, 2006).

O facto de existir instabilidade política também faz aumentar a desconfiança por parte da população relativamente ao período de atividade que o governo em curso terá e ainda na forma como o governo conduzirá as políticas monetárias e fiscais, fatores estes que que também potenciam a inflação (Aisen & Veiga, 2006).

Deste modo, ligado à questão da estabilidade política está a variável efetividade de governação, indicador que visa medir a qualidade dos serviços públicos, a qualidade do serviço civil e a sua independência relativamente às pressões políticas, a qualidade de formulação política e as respetivas implementações legislativas, bem como a credibilidade governamental (MCC, 2017).

A efetividade governativa, enquanto indicador segundo o (MCC, 2017) é avaliada nos seguintes aspetos:

- Competência no serviço civil, efetividade da implementação das decisões governamentais;
- Vulnerabilidade do serviço público às pressões políticas;
- Gestão das alternativas políticas em termos de leis, sem que existam mudanças drásticas nas políticas ou interrupções da atividade do governo;
- Eficiência orçamental;
- Coordenar coerentemente políticas e objetivos.

Já no âmbito da qualidade regulatória, esta é importante para que haja potenciação da economia e para gerir riscos de mercado, assim cada país deve adequar as suas regulações, pois cada país é diferente do outro, quer estejamos a falar na parte fiscal, na parte monetária, ou ainda noutras. Assim, uma boa gestão do sistema regulatório ajuda a identificar as melhores opções em termos de políticas, promovendo com isto, a transparência e a competitividade na economia (OECD, 2009).

A qualidade regulatória para ser sustentável requer que os países tenham uma gestão em dois sentidos, tanto ao nível do reajuste das políticas regulatórias já em vigor e ainda na criação/implementação de novas normas regulatórias, para que deste modo exista um crescimento sustentável e maximização do bem-estar (OECD, 2009). Facto também corroborado por (Freeman, 2009) que na sua investigação faz referência às regulamentações, pois o facto de estas existirem não constitui um entrave ao desenvolvimento sustentável de um país.

Adjacente à qualidade regulatória também está a variável “Rule of Law”, em que segundo o (WJP, 2017) assenta em 4 princípios-base:

1. Todas as entidades públicas, entidades privadas e indivíduos são responsáveis perante a lei;
2. O sistema legislativo é claro, estável e está publicitado. Este visa proteger os direitos fundamentais, incluindo a segurança das pessoas, propriedades e os direitos humanos;
3. O processo legislativo é acessível, justo e eficiente;
4. A justiça é competente, ética, independente e neutra. Esta possui recursos adequados e reflete as características da comunidade para a qual é aplicada.

Hipótese de investigação 1: Quanto maior o grau de desenvolvimento institucional maior a propensão para os países em desenvolvimento adotarem as IFRS para PME.

3.2. Abertura ao Exterior

O desenvolvimento/crescimento do PIB tem influência no nível de investimento estrangeiro registado em determinado país, assim esta premissa sugere também, que a existência de um programa governamental concreto e efetivo é mais um fator que definitivamente pode impulsionar o crescimento do indicador PIB. Deste modo, o governo tem um papel preponderante no crescimento do país, em que só com o desenvolvimento de um programa de impulsionamento económico pode fortalecer e desenvolver determinado país. Consequentemente, o facto de que se existir crescimento económico existe também mais facilidade para que o país consiga cativar mais investimento estrangeiro (Anwar & Cooray, 2015).

A liberdade nas intervenções do governo, grau de abertura ao exterior, liberdade regulatória do negócio, são variáveis que potenciam a entrada de novo investimento estrangeiro, contudo, importa ressaltar que as variáveis enumeradas acima devem ser acompanhadas da redução das barreiras de entrada a empresas estrangeiras no mercado e também deve existir a redução das barreiras relativas à exportação quando a empresa já se encontra implantada no país (Herzer, 2012). Também (Zeng & Eastin, 2012) na investigação salientam aspetos ao nível das políticas regulatórias e também ao nível das considerações financeiras para que os países em desenvolvimento possam potenciar o

investimento estrangeiro, por exemplo no caso dos impostos, ou ainda fornecer um melhor acesso aos mercados de capitais do país para potenciar o número de parcerias de negócio, para desta forma conseguir transmitir maior confiança a possíveis investidores.

Analisando o comportamento das variáveis nível de corrupção e investimento estrangeiro no país, (Barassi & Zhou, 2012) concluíram através da sua investigação que o impacto da corrupção no investimento estrangeiro gerado num determinado país pode não ser negativo, tal facto pode ocorrer dependendo da localização e tamanho do mercado de capitais.

A maioria dos países em desenvolvimento está muito dependente da exportação de bens de primeira necessidade, o que constitui um fator negativo, pois o crescimento do investimento estrangeiro está negativamente correlacionado com a variável exportação de bens de primeira necessidade, facto este, que ajuda a explicar a diminuição dos níveis de investimento estrangeiro nesta tipologia de países. Os países em desenvolvimento com abundância de recursos, por exemplo naturais, têm seguido a estratégia de diversificar os seus setores de atividade para fazer face à dependência das exportações de bens de primeira necessidade, tal facto acaba por atenuar o efeito do investimento estrangeiro no país (Herzer, 2012).

Investigações de (Lautier & Moreaub, 2012) e (Oladipo, 2013) defendem a ideia de que existe uma relação bidirecional entre o crescimento económico nos países em desenvolvimento e o nível de investimento estrangeiro, ou seja, por um lado para que haja investimento estrangeiro já deverá existir crescimento económico no país, e por outro lado o investimento estrangeiro no país vai gerar maior crescimento económico.

O estudo de (Oladipo, 2013) analisa especificamente os países latino-americanos com o intuito de estudar a relação entre o investimento estrangeiro no país e o seu crescimento económico, assim existe evidência para afirmar que os países com maior nível de investimento estrangeiro têm maior crescimento económico (Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala e Bahamas), daqui conclui-se que este facto pode resultar do investimento estrangeiro não só potenciar o aumento dos níveis de emprego mas também permitir o crescimento económico no país recetor do investimento. Todavia, ainda importa referir o facto de existir no estudo outro grupo de países latino-americanos em que a existência de crescimento económico é um pré-requisito para que exista investimento estrangeiro, ou seja, é necessário potenciar o desenvolvimento dos

recursos humanos para que com isso as empresas atualmente no país se desenvolvam, só desta forma poderão existir maiores níveis de investimento estrangeiro.

Hipótese de investigação 2: Quanto maior o nível de abertura ao exterior maior a propensão para os países em desenvolvimento adotarem as IFRS para PME.

3.3. Educação/Conhecimento

O nível de educação ajuda a promover a democracia, desta forma a intervenção e potencialização do grau educativo nos países assume especial relevância pois permite no futuro aumentar o nível de democracia (Evans & Rose, 2012).

As políticas de educação estão fortemente relacionadas com objetivos estratégicos, tais como: crescimento económico, coesão social e nível de competitividade. Deste modo, devem ser criadas novas políticas ou mesmo reajustadas as já existentes, para com isso, conseguirem-se alcançar os níveis de educação/conhecimento estabelecidos (Dumciuviene, 2015). Para qualificar e quantificar os efeitos do desenvolvimento do capital humano na sociedade existem diversos fatores, tais como: número de anos de estudo, percentagem do PIB adjacente à educação, percentagem de pessoas nas escolas/universidades, resultados obtidos pelos estudantes (Neamtu, 2015).

Tanto (Kruss, McGrath, Petersen, & Gastrow, 2015) como (Neamtu, 2015) referem nas suas investigações a importância do nível de educação na contribuição para o desenvolvimento económico de forma sustentável. Posto isto, a existência de pessoas treinadas e qualificadas, posteriormente permite que estas possam tomar as melhores decisões (Neamtu, 2015).

Numa sociedade onde a inovação assume especial relevância, é importante que a capacidade tecnológica ofereça uma nova diferença de pensamento, para que posteriormente, num nível profissional se possa marcar pela diferença através de um pensamento criativo e assertivo (Kruss, McGrath, Petersen, & Gastrow, 2015).

As universidades devem aumentar o seu nível de conhecimento para conseguirem responder melhor às mudanças no ambiente empresarial e compreender melhor as necessidades do mercado. Se as universidades possuírem estas capacidades dinâmicas, conseguem mais facilmente reajustar a maneira de ensinar os seus estudantes. A constante mutação do ambiente empresarial obriga as universidades a reajustar rapidamente a

maneira de ensinar assim como as matérias que lecionam. Deste modo, para que isto seja possível as universidades devem ser dinâmicas, ou seja, apostarem na interação e comunicação próxima com as empresas (Kruss, McGrath, Petersen, & Gastrow, 2015).

Num contexto de conhecimento, especificamente das IFRS, segundo os dados estatísticos presentes no (IAS, 2017) existe mais propensão para que os países em desenvolvimento que já estejam familiarizados com as normas IFRS posteriormente venham a adotar o mesmo normativo contabilístico mas segmentado para a tipologia de pequenas e médias empresas.

Os países já familiarizados com o sistema normativo das IFRS tomam mais facilmente a decisão de adotarem o sistema normativo contabilístico das IFRS para PME pois estas são menos complexas que muitos dos GAAP nacionais implementados nos países em desenvolvimento, pois por exemplo muitos dos métodos de mensuração de ativos, passivos, rendimentos e gastos são simplificados, sendo o nível de simplificação em relação às IFRS de aproximadamente 90% (IASB, 2017).

Hipótese de investigação 3: Quanto maior o nível de educação/conhecimento maior a propensão para os países em desenvolvimento adotarem as IFRS para PME.
--

4. Análise empírica

4.1. Metodologia

A metodologia de investigação proposta para o estudo assenta na formulação de hipóteses tendo em conta os *gaps* encontrados na revisão de literatura efetuada. Assim para as diferentes hipóteses de estudo será investigado/analizado o nível de influência que as mesmas têm na adoção das IFRS para PME, tendo como foco para a amostra, os países em desenvolvimento. De referir que os países abrangidos no estudo têm dados fornecidos por instituições relevantes, transparentes e de confiança.

Para testar o nível de influência das variáveis escolhidas na variável dependente “decisão de adoção das IFRS para PME”, a base de dados recolhida foi analisada utilizando o *software* “IBM SPSS Statistics” (versão 22).

Inicialmente é feita uma análise descritiva que consiste em estudar e interpretar dados numéricos através da formulação de quadros, gráficos e indicadores numéricos

adequados. Assim a análise descritiva presente no estudo, relativamente às variáveis quantitativas estuda: a média, a mediana e o desvio-padrão; já no caso das variáveis qualitativas, entre estas as variáveis *dummy* presentes no estudo, é avaliada a frequência registada para cada uma delas, tendo em conta se o país em desenvolvimento adotou ou não as IFRS para PME.

A dissertação engloba também como metodologia de investigação a conceção de um modelo de regressão logística múltipla, que estima o nível de correlações existentes entre as variáveis independentes e a variável dependente “decisão do país em desenvolvimento adotar ou não as IFRS para PME”.

4.2. Amostra

Para investigar os fatores de carácter macroeconómico e social que podem influenciar um país em desenvolvimento na decisão de adotar ou não as IFRS para PME, o estudo tem por base uma amostra de 60 países em desenvolvimento no período de 2010 a 2014.

O número de países que constam na investigação é mais reduzido tendo em conta o número total de países em desenvolvimento constantes na base de dados do (Worldatlas, 2016) porque alguns dos países com o grau de desenvolvimento económico definido foram excluídos do estudo devido á escassez de informação. Assim foram eliminados da base de dados formulada para o estudo os países em desenvolvimento que tinham 3 ou mais faltas de informação e ainda os países que tinham dois anos seguidos sem informação estatística.

Relativamente ao grupo de países para os quais não existia parcialmente informação, esta foi completada tendo em conta os seguintes critérios:

- o país possuía determinada variável com falta de informação nos anos das extremidades (2010/2014). Neste contexto os valores em falta foram nivelados tendo em conta o valor presente no ano mais próximo, tendo como referência o hiato temporal estabelecido;
- o país detinha determinada variável com falta de informação num dos anos intermédios da escala temporal estabelecida. Perante este cenário, a metodologia adotada foi a elaboração da média aritmética simples, tendo em conta os valores existentes nos anos anterior e posterior ao ano sem informação.

Assim, aquando a finalização da base de dados para o estudo com os processos anteriormente descritos, o passo seguinte teve em conta a elaboração da média aritmética simples dos dados constantes em cada uma das variáveis para cada um dos países no horizonte temporal estabelecido para a investigação, 2010 (inclusive) a 2014 (inclusive).

Tabela 1 - Países presentes na investigação

África⁵	Ásia⁶	América⁷	Europa⁸
Argélia	Arábia Saudita	Argentina	Albânia
Benin	Bangladesh	Brasil	Arménia
Burundi	Bahrain	Chile	Azerbaijão
Botswana	Brunei	Colômbia	Beolorússia
Burkina Faso	Cazaquistão	Costa Rica	Bósnia Herzegovina
Costa do Marfim	China	El Salvador	Geórgia
Egipto	Coreia do Sul	Honduras	Macedónia
Gana	Emirados Árabes Unidos	Jamaica	Moldávia
Madagáscar	Filipinas	México	Sérvia
Marrocos	Índia	Panamá	Ucrânia
Maurícias	Indonésia		
Mauritânia	Hong Kong		
Moçambique	Irão		
Tanzânia	Israel		
Togo	Líbano		
Tunísia	Malásia		
Zimbabué	Paquistão		
	Qatar		
	Rússia		
	Sri Lanka		
	Tailândia		

⁵ A lista de países em desenvolvimento no continente africano teve em conta os dados que constam no <http://www.worldatlas.com/cntycont.htm> e http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2014wesp_country_classification.pdf;

⁶ A lista de países em desenvolvimento no continente asiático teve em conta os dados que constam no <http://www.worldatlas.com/cntycont.htm> e http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2014wesp_country_classification.pdf;

⁷ A lista de países em desenvolvimento no continente americano teve em conta os dados que constam no <http://www.worldatlas.com/cntycont.htm> e http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2014wesp_country_classification.pdf;

⁸ A lista de países em desenvolvimento no continente europeu teve em conta os dados que constam no <http://www.worldatlas.com/cntycont.htm> e http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2014wesp_country_classification.pdf.

	Quirguistão		
	Tajiquistão		

4.3. Mensuração das variáveis

4.3.1. Decisão de adoção das IFRS para PME

No que respeita à variável dependente “Decisão de adoção das IFRS para PME” presente na investigação, esta tem como base de informação estatística a base de dados IASPlus⁹, com data de consulta a 13 de novembro de 2016.

Assim após a análise da base de dados e do (IASB, 2017) constatou-se que existiam várias segmentações ao nível dos países que adotaram ou não as IFRS para PME. Posto isto, em linha com o (IASB, 2017) e tendo em conta as várias divisões e motivos apresentados para as mesmas, o estudo não fará essas mesmas distinções ao nível quantitativo na base de dados elaborada para a investigação, pois aquando a análise das segmentações¹⁰ verificou-se que dos 83 países que requerem/permitem as IFRS para PME, 75 deles não fizeram qualquer alteração aquando a adoção do sistema normativo contabilístico e os países remanescentes fizeram pequenas alterações aquando a implementação das IFRS para PME.

Desta forma, a base de dados da investigação tem nesta variável um indicador *dummy*, em que o valor “0” representa o país em desenvolvimento não adotar as IFRS para PME e o valor “1” corresponde à decisão do país em desenvolvimento adotar as IFRS para PME.

4.3.2. Familiaridade com as IFRS

Relativamente à variável familiaridade com o sistema normativo contabilístico das IFRS, esta variável presente na investigação foi consultada a partir da informação constante no (IAS, 2017)¹¹, à data de 22 de setembro de 2016. A partir da informação relevante retirada, aquando a colocação na base de dados do presente estudo foi atribuído

⁹ <http://www.iasplus.com/en/resources/ifrs-topics/use-of-ifrs>

¹⁰ 75 países adotaram as IFRS para PME e não fizeram alterações ao sistema normativo contabilístico que adotaram; 2 países (Irlanda e Reino Unido), adotaram as IFRS para PME, contudo fizeram algumas alterações significativas ao normativo contabilístico aquando a implementação do mesmo; 1 país (Bangladesh) aquando a adoção das IFRS para PME decidiu não adotar a “Secção 31 - Hiper inflação para PME’s”; a Bósnia-Herzegovina aquando a adoção não requereu/permitiu a mudança da rubrica “Capital Próprio” em Balanço que sejam feitos separadamente; a Malásia, Paquistão, Uruguai e Arábia Saúdita também fizeram pequenas adaptações aquando a adoção das IFRS para PME.

¹¹ <http://www.iasplus.com/en/resources/ifrs-topics/use-of-ifrs>

o valor “1” aos países que requerem as IFRS para algumas empresas cotadas, os países que requerem as IFRS para todas as empresas cotadas e *audit report states compliance with IFRS* para empresas cotadas. Todos os restantes países em desenvolvimento que não registaram qualquer das opções anteriormente enunciadas foram listados na variável familiaridade com as normas IFRS com o valor “0”.

De referir que no caso específico do Bangladesh, as IFRS são requeridas para todas as empresas cotadas, todavia aquando a tomada desta decisão (janeiro de 2013) houve a exceção da IAS 29 e IFRS 9 no normativo contabilístico a implementar pelas empresas cotadas no país¹².

No caso da China, o país tomou a decisão de não adotar as IFRS, pois a Comissão da União Europeia (CEU) permite às empresas sediadas na China o uso do CAS¹³ quando estas tenham necessidade de entrar no mercado abrangendo os países pertencentes à UE sem que as empresas chinesas tenham a necessidade de fazerem ajustamentos aos seus reportes financeiros.

No que respeita à Índia, o país permite as IFRS para empresas cotadas, contudo existe a condicionante de que a permissão é somente para empresas cotadas que apresentem resultados financeiros consolidados¹⁴. Situação similar à verificada na Índia acontece também na Rússia em que as empresas cotadas no país que apresentem resultados financeiros consolidados devem seguir o sistema contabilístico baseado nas IFRS e as que não apresentem resultados financeiros consolidados devem seguir o *Russian Accounting Standards* (RAS).

4.3.3. Índice de Corrupção

No que respeita ao indicador “Índice de Corrupção”, este tem em conta dados constantes na (International, 2017) tendo ainda em atenção para a seleção dos dados

¹² O reporte financeiro revisto pelo *Bangladesh Financial Reporting Standards* (BFRS) em conjunto com o *Bangladesh Accounting Standards* (BAS), instituições que no país estão muito interligadas com o IAS, deliberam em janeiro de 2013 que o sistema normativo contabilístico das IFRS fosse implementado para todos as empresas cotadas no país, excetuando desta decisão a IAS 29 (somente adotada no país em 2015) e a IFRS 9 (que estava em formulação).

¹³ CAS (*Chinese Accounting Standards*), implementado no país no ano de 2007. Este GAAP nacional em grande parte converge com os princípios contabilísticos defendidos pelas IFRS.

¹⁴ Desde abril de 2010 que a *Securities Exchange Board of India* (SEBI) estabeleceu que os resultados financeiros consolidados apresentados pelas empresas cotadas no país devia seguir o sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS. A SEBI deliberou ainda, no mesmo período, que as empresas presentes em bolsa que não apresentassem os resultados financeiros consolidados deviam obedecer ao GAAP Indiano.

apropriados para a investigação a escolha do hiato temporal estabelecido para a elaboração do estudo. Assim, este indicador é relativo ao índice de corrupção percebido no sector público e a escala imputada na base de dados da investigação vai desde o valor “0” (nenhuma corrupção no sector público) até ao valor “100” (sector público altamente corrompido).

4.3.4. Estabilidade Política

O indicador “Estabilidade Política” tem em conta dados constantes no sítio do Banco Mundial¹⁵, mais em concreto os “*The Worldwide Governance Indicators (WGI)*”, em que especificamente o indicador da “Estabilidade Política” mede todas as perceções ao nível da probabilidade da existência de estabilidade/instabilidade política em diversos países, sendo que o foco da recolha de dados foi nos países em desenvolvimento. Referir ainda, que o indicador na base de dados tem como intervalos de mensurabilidade o valor “0” (total instabilidade política) e o valor 100 (total estabilidade política).

4.3.5. Efetividade da Governação

O indicador “Efetividade da Governação” obtido ao nível da informação estatística no sítio do Banco Mundial¹⁶, especificamente nos WGI. O indicador analisa as perceções ao nível da qualidade dos serviços públicos, qualidade dos serviços civis e o grau de independência relativamente a pressões políticas. A variável também é relevante no âmbito do estudo da qualidade de formulação e execução da legislação governamental, ainda tendo o foco na análise da credibilidade governamental em cada país.

Na base de dados da investigação este indicador assume valores entre “0” (total inefetividade governamental) e “100” (total efetividade governamental).

4.3.6. Rule of Law

Relativamente ao indicador presente no estudo “Rule of Law”, em que os dados presentes na base de dados foram obtidos através do WGI¹⁷, o indicador analisa as perceções sobre o Estado de Direito, ou seja, existe a mensuração sobre em que medida os agentes económicos confiam e respeitam as regras em vigência para a existência de

¹⁵ <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>

¹⁶ <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>

¹⁷ <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>

uma sociedade democrática e em que existam mecanismos que permitam o estabelecimento de leis que visem uma sociedade livre e justa. Assim, o indicador analisa/avalia especificamente a qualidade da execução dos contratos, o direito de propriedade, a política, os tribunais e ainda a probabilidade da existência de crime/violência numa sociedade.

Referir ainda, que a informação recolhida e imputada na base de dados da investigação tem um intervalo de mensuração desde o valor “0” (inexistência de *rule of law*) até ao valor “100” (total existência de *rule of law*).

4.3.7. Qualidade Regulatória

No estudo do indicador “Qualidade Regulatória”, os dados estatísticos foram obtidos através do WGI¹⁸, assim esta variável tem em conta a análise das perceções ao nível da qualidade regulatória que o governo consegue impor. Desta forma, para que exista qualidade regulatória o governo deve formular e implementar políticas que promovam e permitam o desenvolvimento sustentável ao nível regulatório ou até mesmo criar instituições que regulem e supervisionem esta área.

Deste modo, aquando a transposição de toda a informação estatística relevante para a base de dados, os valores de mensurabilidade desta variável potencialmente oscilam entre o valor “0” (nenhuma qualidade regulatória) e o valor de “100” (total qualidade regulatória).

4.3.8. Investimento Estrangeiro

A variável “Investimento Estrangeiro”, em que os dados presentes na base de dados da investigação foram retirados do sítio do Banco Mundial¹⁹.

Tendo em conta que existem dois tipos de *Foreign Direct Investment* (FDI): *Foreign Direct Investment net inflows* e *Foreign Direct Investment out inflows*, a opção de incluir o FDI *net inflows* na investigação é mais assertiva pois este representa a percentagem do PIB relativamente ao volume de investimento estrangeiro efetuado por investidores não residentes no país. Assim, faz sentido estudar se o montante de investimento estrangeiro

¹⁸ <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>

¹⁹ <http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>

que entra no país gerado por não residentes influencia ou não o país em que o investimento estrangeiro é feito a adotar as IFRS para PME.

Os dados desta variável têm em conta o PIB de cada país e o volume de investimento estrangeiro existente (valores percentuais).

4.3.9. Nível de Educação

A variável “Nível de Educação” tem em conta os dados estatísticos que constam na base de dados do Banco Mundial²⁰.

De entre as várias possibilidades ao nível dos dados estatísticos existentes para estudar esta variável, a informação estatística constante na investigação sobre o nível de educação é a que congrega a divisão entre o número de estudantes que constam no ensino superior pela população com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, sendo este o *gap* de idades oficial para as pessoas ingressarem/estarem no ensino superior²¹, segundo a (Unesco, 2011).

A escolha desta regra de mensurabilidade para investigar o nível de educação é a que se traduz em mais potencialidade para o estudo, pois tendo em linha de conta a variável dependente no estudo “Decisão de adoção das IFRS para PME”, para conseguir gerir e decidir este acontecimento, as pessoas com mais escolaridade/conhecimento são as que potencialmente melhor conseguirão tomar a decisão. Desta forma as pessoas no ensino superior assumem especial relevância no estudo desta variável, partindo da premissa que estas são as pessoas mais instruídas e com mais conhecimentos.

4.3.10. Exportações de Bens e Serviços

No que respeita à variável “Exportações de Bens e Serviços”, os dados estatísticos presentes no estudo foram obtidos através do Banco Mundial²².

Esta variável é utilizada para medir o volume de exportações tanto de bens como de serviços e é estudada em função do PIB de cada país (em valores percentuais).

²⁰ <http://data.worldbank.org/indicador/SE.TER.ENRR>

²¹ Segundo a (Unesco, 2011) a idade oficial para permanecer no ensino superior vai desde os 18 anos até aos 24 anos, sendo que o percurso académico é composto por 3 anos para concluir o grau de licenciatura, 2 anos para completar o grau de mestrado e para finalizar o ciclo existe adicionalmente 1 ano para completar o grau de doutoramento.

²² <http://data.worldbank.org/indicador/NE.EXP.GNFS.ZS>

Ao estudar esta variável pode-se analisar o grau de abertura do país ao exterior e até que ponto o país consegue potencializar a venda dos seus bens e serviços em termos de exportações. Deste modo, consegue-se interpretar os valores percentuais obtidos e extrapolar análises ao nível da decisão de adoção das IFRS para PME.

4.3.11. PIB per Capita

Relativamente à variável “*PIB per Capita*”, esta tem em conta a informação estatística presente no sítio do Banco Mundial²³. A variável está expressa em dólares americanos (USD) a preços correntes.

Através do estudo desta variável pretende-se analisar de que forma o *PIB per Capita* pode influenciar a tomada de decisão na adoção do sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS para PME.

5. Análise descritiva das variáveis de estudo

Tabela 2 - Variáveis, siglas e escalas

Variável	Sigla	Escala
Familiaridade com as IFRS	FIFRS	0 ou 1
Índice de Corrupção	IC	0 a 100
Estabilidade Política	EP	0 a 100
Efetividade da Governação	EG	0 a 100
Rule of Law	RL	0 a 100
Qualidade Regulatória	QL	0 a 100
Investimento Estrangeiro	IE	% do PIB
Nível de Educação	NE	%
Exportações de Bens e Serviços	EBS	% do PIB
PIB per Capita	PIB	USD a preços correntes

²³ <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD>

Tabela 3 - Características dos 33 países em desenvolvimento que adotaram as IFRS para PME

²⁴ Países	FIFRS	IC	EP	EG	RL	QR	IE	NE	EBS	PIB
Arábia Saudita	1,00	54,00	33,97	55,73	61,74	54,95	2,38	48,48	51,89	48.686,76
Argentina	1,00	67,60	47,34	47,24	28,32	20,18	2,04	78,07	15,90	12.304,94
Arménia	1,00	68,20	45,15	52,07	42,91	59,62	4,68	46,63	25,80	7.283,12
Azerbaijão	1,00	73,60	84,53	31,07	25,82	38,59	6,06	20,79	51,29	16.464,33
Bahrain	1,00	50,40	17,17	69,81	63,92	74,29	2,41	40,01	73,53	41.831,89
Bangladesh	1,00	74,20	10,35	24,00	24,49	20,85	1,29	13,36	18,93	2.764,56
Bósnia Herzegovina	1,00	62,60	30,66	33,61	47,35	51,14	2,39	42,07	32,30	9.722,25
Botswana	1,00	37,80	84,53	67,14	70,15	70,09	5,09	21,38	53,02	14.447,73
Brasil	1,00	59,40	43,07	50,28	54,35	54,37	3,64	45,01	11,36	15.191,19
Chile	1,00	28,00	62,14	85,81	88,00	92,19	8,59	78,92	35,22	20.691,60
Colômbia	0,00	64,40	10,06	54,55	44,04	63,34	3,85	46,10	17,29	12.067,74
Costa Rica	1,00	47,60	66,41	67,14	66,00	68,76	6,03	49,35	36,62	13.734,81
El Salvador	1,00	63,00	47,62	51,82	28,85	63,43	0,98	28,12	26,35	7.841,76
Emirados Árabes Unidos	1,00	32,40	73,34	83,44	68,55	72,65	2,53	17,17	93,80	61.432,69
Filipinas	0,00	68,40	13,48	58,57	38,48	49,24	1,22	32,28	30,86	6.202,74
Gana	1,00	56,20	47,53	50,94	55,97	54,95	7,88	13,24	36,10	3.648,73
Geórgia	1,00	53,60	28,76	68,95	54,85	74,20	7,35	32,65	39,40	7.937,31
Honduras	1,00	73,40	30,45	28,17	15,51	45,51	5,43	20,82	48,55	4.602,18
Hong Kong	1,00	21,20	79,42	95,81	91,41	99,05	35,17	63,14	223,56	51.461,21
Israel	1,00	40,00	13,66	86,57	80,16	85,91	3,08	66,39	34,69	31.710,87
Jamaica	1,00	64,00	45,54	59,63	42,06	58,47	2,77	27,68	30,76	8.574,59
Macedónia	1,00	57,60	36,55	53,35	50,03	62,68	3,15	39,75	44,71	12.308,05
Madagáscar	0,00	71,20	22,87	13,71	21,94	30,95	6,69	4,038	28,62	1.397,99
Malásia	1,00	52,40	49,91	80,68	67,33	72,39	3,76	35,71	80,19	23.127,46
Maurícias	1,00	46,40	73,43	77,53	77,97	79,53	3,84	4,038	52,19	16.966,23
Panamá	1,00	64,20	44,89	61,34	51,81	64,10	9,86	41,67	64,77	18.384,28
Paquistão	1,00	73,60	1,24	23,62	22,23	27,91	0,70	9,60	13,09	4.490,90
Qatar	1,00	29,20	88,42	78,09	80,25	72,18	0,91	12,58	70,10	134.827,29
Sérvia	1,00	62,00	40,52	52,96	45,67	52,96	5,42	53,72	37,68	12.950,42
Sri Lanka	1,00	64,00	25,15	50,97	51,61	48,67	1,21	17,68	20,30	9.912,92
Tanzânia	1,00	68,80	41,07	29,24	37,82	39,05	4,59	3,28	19,58	2.305,92
Ucrânia	1,00	75,20	31,66	30,12	24,00	30,57	3,39	81,95	48,17	8.347,30
Zimbabué	1,00	78,40	20,69	7,72	1,99	2,29	3,06	5,87	33,80	1.620,98

²⁴ As variáveis indicadas na tabela referem-se a valores médios no hiato temporal de 2010 a 2014 (inclusive). Contudo a FIFRS é exceção pois regista o valor “0” ou “1”, porque esta é uma variável *dummy*.

Interpretando os valores obtidos para cada uma das variáveis, constata-se que no grupo dos países em desenvolvimento que adotaram as IFRS para PME, a maioria destes já tem implementado o sistema normativo contábilístico baseado nas IFRS.

Na variável “Índice de Corrupção” a Ucrânia e o Zimbabué possuem os valores mais elevados neste indicador, já no extremo oposto constam nomes de países como Hong Kong, Chile e Qatar, tendo estes um índice de corrupção baixo.

Relativamente ao tópico acerca da estabilidade política, verifica-se que o Qatar, o Botswana e o Azerbaijão são países que apresentam um nível político constante e equilibrado. No lado oposto a Colômbia e o Paquistão, este último, com caráter bastante extremo, apresentam grande instabilidade ao nível político.

Tendo em conta os indicadores: “Efetividade Governativa”, capacidade de fazer cumprir a lei (*Rule of Law*) e “Qualidade Regulatória”, verifica-se que países como o Zimbabué, o Bangladesh e Madagáscar registam os valores mais baixos nos 3 indicadores referidos. Todavia Hong Kong, Chile e Israel são países onde existe uma clara execução das leis aprovadas, existindo também uma forte componente regulatória aliada ao respeito pelas regras em vigência para a existência de uma sociedade livre e justa.

Relativamente a Kong Hong, este é o país onde se regista o maior volume de exportações de bens e serviços e ainda o maior volume de investimento estrangeiro em relação ao PIB, por outro lado, no extremo oposto dos 2 indicadores está o Paquistão que quase regista a ausência de exportações e de investimento estrangeiro no país.

No que respeita ao nível de educação o Chile e a Ucrânia são os países em que se regista a maior percentagem de estudantes no ensino superior em relação às pessoas existentes no país com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. Inversamente, a Tanzânia regista o pior resultado nesta variável em comparação com os restantes países analisados.

Por sua vez, no indicador “PIB *per Capita*”, os países que apresentam maior índice de riqueza por pessoa são o Qatar, os Emirados Árabes Unidos e Hong Kong. Ainda neste indicador, os países que registam os valores mais baixos são o Zimbabué e Madagáscar.

Tabela 4 - Características dos 27 países em desenvolvimento que não adotaram as IFRS para PME

²⁵ Países	FIFRS	IC	EP	EG	RL	QR	IE	NE	EBS	PIB
Albânia	0,00	67,80	45,46	47,06	38,67	57,91	8,64	55,61	32,67	10.176,99
Argélia	0,00	67,20	10,91	35,81	27,31	9,79	0,99	32,37	35,57	13.431,00
Benin	0,00	66,20	54,64	36,19	31,77	37,80	2,90	13,95	26,67	1.856,34
Beolorússia	1,00	72,00	44,98	19,08	18,16	12,38	3,41	87,09	66,58	17.028,19
Brunei	0,00	43,60	87,29	77,54	72,49	83,04	4,25	22,37	77,92	72.479,39
Burkina Faso	0,00	65,00	27,13	32,85	42,04	46,85	2,32	4,37	25,01	1.524,22
Burundi	0,00	80,60	9,59	12,67	14,28	20,01	0,40	3,72	8,477	731,92
Cazaquistão	1,00	72,20	43,08	42,60	32,14	41,06	5,13	48,89	41,40	23.246,79
China	0,00	62,80	27,42	59,25	42,26	44,38	3,26	29,11	25,55	11.241,27
Coreia do Sul	1,00	45,20	55,59	84,86	80,44	79,82	0,82	97,40	53,13	24.949,75
Costa do Marfim	0,00	73,60	11,67	15,05	16,03	24,30	1,29	7,01	48,02	2.865,83
Egipto	0,00	67,80	9,66	28,00	39,96	35,90	1,36	29,41	18,02	10.238,96
Índia	1,00	65,20	12,43	50,66	53,51	36,57	1,62	22,58	23,85	4.962,45
Indonésia	0,00	68,80	26,00	48,59	35,37	43,63	2,43	28,75	24,56	9.436,51
Irão	0,00	74,20	10,35	36,58	17,56	5,23	0,68	53,97	25,01	17.183,24
Líbano	1,00	73,00	6,26	43,71	27,68	49,90	7,94	46,49	48,67	15.112,81
Marrocos	1,00	63,80	31,78	51,52	50,50	50,10	2,61	19,39	33,76	6.986,80
Mauritânia	0,00	72,40	17,37	16,85	20,33	25,80	14,02	5,07	49,48	3.578,39
México	1,00	67,20	22,67	62,28	35,45	63,81	2,37	28,13	31,57	16.050,53
Moçambique	1,00	70,80	48,28	30,46	30,03	37,05	30,08	5,08	31,67	1.012,55
Moldávia	1,00	67,20	41,46	36,10	44,24	50,77	4,10	40,05	42,51	4.392,60
Quirguistão	1,00	76,80	18,03	28,17	11,64	41,13	7,61	44,14	46,04	3.030,81
Rússia	1,00	74,40	18,78	43,44	25,62	38,85	2,41	77,15	27,80	23.829,80
Tailândia	0,00	64,20	12,43	62,29	50,57	58,39	2,58	51,68	68,56	14.601,88
Tajiquistão	1,00	77,80	16,99	18,49	11,83	17,14	1,21	22,85	18,62	2.388,60
Togo	0,00	72,80	37,10	7,72	18,91	20,86	6,54	9,95	43,74	1.302,45
Tunísia	0,00	59,40	27,51	54,47	52,75	44,95	2,36	34,78	48,50	10.706,70

Relativamente ao grupo de países em desenvolvimento que não adotaram as IFRS para PME constata-se que aproximadamente metade destes não tem implementado o sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS.

O indicador que mede o nível de corrupção existente, quando observado neste grupo de países apresenta uma relativa similaridade nos valores observados. As exceções a este

²⁵ As variáveis indicadas na tabela referem-se a valores médios no hiato temporal de 2010 a 2014 (inclusive). Contudo a FIFRS é exceção pois regista o valor “0” ou “1”, porque esta é uma variável *dummy*.

facto são a Coreia do Sul e o Brunei que apresentam índices de corrupção mais baixos em comparação com os restantes países.

Países como o Burundi, o Egipto e o Líbano registam valores muito baixos em termos de estabilidade política, já no lado oposto, aparecem países como o Brunei e o Benin com a existência de valores elevados, indiciando que a estabilidade política está bem presente nestes países.

Tendo em consideração a efetividade governativa, a existência de um sistema de respeito e confiança nas regras em vigência e ainda a qualidade regulatória, facilmente se percebe que o Brunei e a Coreia do Sul registam níveis elevados nestes 3 campos de ação. Inversamente, o Togo, o Tajiquistão e o Irão registam baixos valores nos 3 indicadores enunciados, de constatar ainda, especificamente, no caso do Irão que este país regista uma quase inexistência de qualidade regulatória.

No caso de Moçambique, este regista o maior nível de investimento estrangeiro no país, sendo que neste indicador Moçambique consegue obter mais do dobro do valor percentual atribuído ao segundo país com maior investimento estrangeiro, a Mauritânia. De referir, que o Burundi se destaca pela negativa tanto no indicador do nível de investimento estrangeiro no país como no índice de exportações de bens e serviços. O Brunei regista, por sua vez, com 77,92 % a maior percentagem de exportações em relação ao PIB do país.

No que diz respeito ao nível de educação a Beolorússia e a Coreia do Sul registam os maiores valores percentuais, sendo que no caso da Coreia do Sul a percentagem de estudantes matriculados no ensino superior atinge aproximadamente os 98 % em relação às pessoas com idade entre os 18 e os 24 anos.

O indicador “*PIB per Capita*”, relativo ao grupo dos países em desenvolvimento que não adotaram as IFRS para PME, apresenta o Brunei e a Coreia do Sul com os valores mais elevados, sendo que, por outro lado o Burundi tem o *PIB per Capita* mais baixo neste grupo de países.

Tabela 5 - Frequências relativas e percentuais das variáveis

Variável independente (quantitativa)		Países não adotantes das IFRS para PME (27 países)		Países adotantes das IFRS para PME (33 países)		Teste para a igualdade de distribuições ²⁶
		Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	
FIFRS	1	12	44,44%	30	90,91%	0,000
	0	15	55,56%	3	9,09%	

Na tabela 5 constata-se que o grupo de países em desenvolvimento que estão familiarizados com as IFRS e que adotaram as IFRS para PME recolhem a maior percentagem (90,91%), sendo esta percentagem elevada e justificável pelo facto do país só decidir adotar o sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS para PME quando já tem conhecimento e experiência sobre as IFRS.

Também é importante salientar que no que se refere ao grupo de países não adotantes as percentagens tanto de familiarização como não familiarização com as IFRS são quase idênticas, o que pode indiciar que para o grupo dos países não adotantes a variável FIFRS é influenciadora, mas não crucial.

Tabela 6 - Média, mediana e desvio-padrão das variáveis

Variáveis independentes (qualitativas)	Países não adotantes das IFRS para PME (27 países)			Países adotantes das IFRS para PME (33 países)			Teste das diferenças para as médias (Sig.) ²⁷
	Média	Mediana	Desvio-padrão	Média	Mediana	Desvio-padrão	
IC	67,85	67,80	8,37	57,67	62,60	15,15	0,002
EP	28,70	26,00	19,05	42,17	41,07	23,71	0,020
EG	40,09	36,58	19,35	53,99	53,35	22,31	0,014
RL	34,87	32,14	17,56	49,26	50,03	22,23	0,008
QR	39,90	41,06	19,36	56,21	58,47	21,64	0,004
IE	4,57	2,58	5,95	4,89	3,64	5,91	0,834
NE	34,12	29,11	25,03	34,59	32,65	22,49	0,940

²⁶ Para testar a igualdade da distribuição do número de países adotantes e não adotantes das IFRS para PME tendo em conta se anteriormente adotaram ou não as IFRS, executou-se um teste de *Mann-Whitney*. O nível de significância adotado foi de 5% ($\alpha=0,05$).

²⁷ Para testar a existência de diferenças estatisticamente significativas nas médias apuradas, nos dois grupos de países em desenvolvimento, foi utilizado o T-Test. O nível de significância adotado foi de 5% ($\alpha=0,05$).

EBS	37,90	33,76	16,46	45,47	36,10	37,65	0,336
PIB	12012,84	10176,99	14181,07	19552,81	12304,94	25518,83	0,176

A tabela 6 reflete as médias, medianas e desvios-padrão das variáveis independentes (qualitativas) em estudo tendo em conta a segmentação dos países em desenvolvimento se estes adotaram ou não adotaram as IFRS para PME.

No que respeita ao índice de corrupção, verifica-se que este é mais baixo no grupo de países adotantes das IFRS para PME, sendo a diferença de médias apresentada nesta variável estatisticamente significativa.

Nas variáveis EP, EG, RL e QR, especificamente tendo em conta as médias verificadas, conclui-se que os países em desenvolvimento adotantes das IFRS registam uma maior média e sendo as médias verificadas estatisticamente diferentes entre os dois grupos de países definidos.

Por outro lado, as restantes variáveis independentes (qualitativas) incluídas no estudo (IE, NE, EBS) apresentam maiores níveis médios no grupo de países que adotaram as IFRS para PME, e adicionalmente a variável PIB tem uma melhor média no grupo de países adotantes das IFRS para PME, todavia estes resultados obtidos não apresentam diferenças estatisticamente relevantes no que respeita às médias registadas nos dois grupos de países em desenvolvimento.

Sumariamente, salientar que os países que decidem adotar o sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS para PME estão mais familiarizados com as IFRS, têm um menor índice de corrupção, registam maior estabilidade política, têm um sistema de controlo da qualidade regulatória melhor, existe maior efetividade por parte do governo e possuem um sistema legislativo mais estável, claro e justo (*Rule of Law*).

6. Agrupamento das variáveis de estudo

Sendo que as variáveis iniciais constantes na investigação estão correlacionadas entre si, conforme evidência a tabela abaixo, optou-se pela realização de uma Análise em Componentes Principais (ACP) para desta forma se agruparem as variáveis e extraírem os componentes únicos com interpretação económica.

Tabela 7 - Matriz de correlações

²⁸	FIFRS	IC	EP	EG	RL	QR	IE	NE	EBS	PIB
FIFRS	1,000	-0,245	0,307*	0,269*	0,250	0,295*	0,123	0,241	0,150	0,154
IC	-0,204	1,000	-0,644**	-0,860**	-0,929**	-0,827**	-0,240	-0,202	-0,587**	-0,670**
EP	0,355**	-0,552**	1,000	0,503**	0,561**	0,534**	0,301*	0,058	0,472**	0,513**
EG	0,244	-0,867**	0,453**	1,000	0,907**	0,892**	0,128	0,365	0,475	0,570**
RL	0,256*	-0,945**	0,505**	0,883**	1,000	0,881**	0,168	0,245	0,470**	0,572**
QR	0,311*	-0,845**	0,508**	0,894**	0,857**	1,000	0,243	0,240	0,475**	0,479**
IE	0,153	-0,103	0,394**	0,072	0,122	0,266*	1,000	0,021	0,581**	0,031
NE	0,203	-0,193	0,070	0,378**	0,238	0,272*	0,101	1,000	0,195	0,132
EBS	0,183	-0,405**	0,447**	0,414**	0,382**	0,461**	0,367**	0,175	1,000	0,512**
PIB	0,256*	-0,582**	0,345**	0,722**	0,608**	0,591**	0,003	0,577**	0,524**	1,000

Assim, tendo em conta os resultados qualitativos obtidos na ACP, em que o coeficiente KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) tem o valor de 0,826, sendo este um valor bastante aceitável no que respeita ao grau de adequabilidade da amostra recolhida, pode-se afirmar que existe evidência qualitativa para a realização da ACP.

Desta forma, pelo critério de *Kaiser*, a ACP resultou na constituição de 3 componentes principais²⁹.

Tabela 8 - Agrupamento das variáveis nas CP's

	Variáveis independentes	Componente		
		1	2	3
Componente 1 “Desenvolvimento Institucional”	Índice de Corrupção	-0,928	-0,217	-0,122
	Rule of Law	0,924	0,090	0,195
	Efetividade da Governação	0,893	0,045	0,308
	Qualidade Regulatória	0,849	0,160	0,254
	PIB per Capita	0,754	0,098	-0,049
	Estabilidade Política	0,626	0,409	0,044
Componente 2 “Abertura ao Exterior”	Investimento Estrangeiro	0,016	0,933	0,064
	Exportações de Bens e Serviços	0,470	0,724	0,081
Componente 3 “Educação/Conhecimento”	Nível de Educação	0,129	-0,057	0,813
	Familiaridade com as IFRS	0,129	0,172	0,708

²⁸ Na tabela estão presentes acima da diagonal os coeficientes de correlação de *Pearson* e abaixo os coeficientes de correlação de *Spearman*. A indicação de um nível de significância estatística de 1% e 5% é representada respetivamente por ** e *.

²⁹ A obtenção das 3 componentes principais foi resultado da aplicação do critério de *Kaiser* e de uma *varimax rotation*.

7. Fatores que influenciam a decisão de adoção das IFRS para PME nos países em desenvolvimento

De modo a perceber a influência que os fatores de natureza macroeconómica e social têm na tomada de decisão da adoção das IFRS para PME no caso específico dos países em desenvolvimento, foi aplicado um modelo de regressão logística múltipla.

Na maioria dos autores estudados (Kiliç, Uyar, & Ataman, 2014; Lasmin, 2012; Kaya & Koch, 2015; Perera & Chand, 2015; Zehri & Chouaibi, 2013) para a parte prática da investigação é utilizado este tipo de metodologia, sendo que, adicionalmente o facto de o objetivo ser avaliar se existe relação entre a variável dependente “Adoção das IFRS para PME” e as variáveis independentes “Desenvolvimento Institucional”, “Abertura ao Exterior” e “Educação/Conhecimento” pressupõe então que este tipo de metodologia é a que pode potenciar mais os resultados obtidos.

Tabela 9 - Siglas da var. dependente e CP's

	Nome	Sigla
Variável dependente	Adoção das IFRS para PME	IPME
Variáveis independentes	Desenvolvimento Institucional	DI
	Abertura ao Exterior	AE
	Educação/Conhecimento	EC

Para testar a influência que as variáveis independentes têm na variável “Adoção das IFRS para PME”, o modelo de regressão logística concebido é formulado através da equação:

$$P[IPME = 0; 1] = \theta \{ \beta_0 + \beta_1 DI + \beta_2 AE + \beta_3 EC + \varepsilon \} \quad (1)$$

Tabela 10 - Coeficientes e indicadores de qualidade da Reg. Logística

	Sinal esperado ³⁰	Coeficiente	Wald ³¹	Sig. ³²
Variável dependente				
Adoção das IFRS para PME (IPME)		0,258		0,371
Variáveis independentes				
Desenvolvimento Institucional (DI)	+	0,777	5,558	0,018
Abertura ao Exterior (AE)	+	0,203	0,293	0,588
Educação/Conhecimento (EC)	+	0,614	3,921	0,048
Controlo de qualidade do modelo				
Teste da razão de verossimilhança		10,945		0,012
R ² Nagelkerke		0,223		
Teste de Hosmer-Lemeshow ³³		8,006		0,433
Percentagem de predição/classificação correta		66,7		

A tabela 10 faz referência aos coeficientes resultantes da regressão logística realizada, sendo que o sinal esperado definido é igual ao sinal registado em todos os coeficientes nas variáveis independentes.

Assim, especificamente a variável DI regista um coeficiente positivo e estatisticamente válido, em que a premissa “Quanto maior o grau de desenvolvimento institucional maior a propensão para os países em desenvolvimento adotarem as IFRS para PME”, definida na hipótese de investigação 1 é validada. Neste contexto importa salientar a relevância de variáveis como: o índice de corrupção, *rule of law*, a efetividade da governação, a qualidade regulatória, o PIB *per capita* e a estabilidade política, como fatores que influenciam a decisão de adoção das IFRS para PME por parte dos países em desenvolvimento. Assim é importante considerar o contexto político-legal para a criação de bases que possam potenciar o crescimento económico, sendo que, o contexto mais favorável seria a otimização destas variáveis para a ocorrência de uma decisão positiva relativamente à adoção das IFRS para PME.

³⁰ O sinal esperado tem em conta a análise teórica efetuada e a posterior formulação das hipóteses de investigação.

³¹ O teste de Wald testa para cada coeficiente, se este é significativamente diferente de zero. Assim, este teste avalia se a variável independente tem uma relação estatisticamente significativa com a variável dependente, isto acontece se a variável independente for significativamente diferente de zero.

³² Análise do Sig. teve em conta um nível de significância de 5% ($\alpha=0,05$).

³³ A formulação do teste de Hosmer-Lemeshow é obtida através do teste dos Resíduos de Pearson (Qui-Quadrado de Pearson), onde aqui se estudam as frequências observadas e esperadas, contudo no caso do teste de Hosmer-Lemeshow agrupam-se os valores observados e previstos por grupos de modo a que os valores observados sejam aproximadamente homogéneos.

Relativamente à variável AE, embora o modelo tenha reportado um sinal similar ao sinal esperado registado, o resultado obtido não é estatisticamente significativo, pelo que não se pode validar a hipótese de investigação 2, em que esta faz referência de que quanto maior o nível de abertura ao exterior maior a propensão para os países em desenvolvimento adotarem as IFRS para PME.

Na variável EC, o sinal do coeficiente obtido no modelo de regressão logística está em consonância com o sinal esperado definido e adicionalmente o resultado obtido é estatisticamente significativo. Facto este, que valida a premissa de que os países em desenvolvimento que têm um maior nível de educação e já adotaram o sistema normativo contabilístico das IFRS estão mais propensos à adoção das IFRS para PME. Provando que quanto maior for o nível de educação registada mais capacidades as pessoas adquirem para perceberem as vantagens inerentes à adoção de um sistema normativo contabilístico, especificamente as IFRS para PME.

No aspeto da familiaridade e conhecimento das IFRS, o modelo de regressão logística prova que a implementação do sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS é um aspeto favorável a uma posterior adoção das IFRS para PME, pois sugere que o facto das pessoas conhecerem/percecionarem as vantagens das IFRS posteriormente também influencia positivamente a adoção das IFRS para PME.

Importa também referir e elucidar acerca da qualidade do modelo de regressão logística criado, tendo para isso imputado na tabela 10 variáveis para avaliação da qualidade do modelo criado.

Para testar a significância do modelo concebido, importa salientar dois testes, o teste de razão de verossimilhança (TRV) e o teste de *Wald*. Assim, relativamente ao TRV verifica-se através do sig.= 0,012 que os valores observados e previstos constantes nas variáveis independentes são estatisticamente diferentes de zero, o que revela que as variáveis independentes são relevantes para o modelo. No teste de *Wald* constata-se que as variáveis independentes presentes no modelo são significativamente diferentes de zero em relação à variável dependente. Assim, com a execução destes dois testes é possível afirmar que o modelo é estatisticamente significativo.

O estimador R^2 *Nagelkerke* conclui que 22,3% da decisão de adoção ou não das IFRS para PME nos países em desenvolvimento é explicada pelo modelo e adicionalmente o

modelo em questão classificou/previu corretamente aproximadamente 67% dos países constantes na investigação.

Relativamente ao teste de *Hosmer-Lemeshow* verifica-se que o modelo obtido encontra-se, na generalidade, bem ajustado com os dados existentes. Pois o valor do sig.=0,433 revela que não existem diferenças entre os valores observados e previstos, posto isto, o modelo ajusta-se corretamente aos dados.

Num nível holístico, considerando todas as variáveis de controlo de qualidade do modelo de regressão logística múltipla obtido pode-se afirmar que este tem uma qualidade razoável, tendo em conta os níveis constatados de significância e a explicabilidade existente no mesmo.

8. Conclusão

8.1. Conclusões obtidas

Pela importância das PME na economia mundial, pela crescente globalização dos mercados e pelo aumento da competitividade entre empresas, neste sentido é importante que as PME consigam cativar financiamento para terem uma trajetória de crescimento sustentável. Deste modo, potenciais investidores/credores necessitam de obter informação credível e comparável para melhor fundamentarem as suas decisões de investimento.

Assim, a existência de um sistema normativo contabilístico harmonizado permite fornecer um conjunto de regras que tornam todo o sistema contabilístico mais uniforme. Desta forma, os reportes financeiros por parte das empresas são comparáveis, confiáveis e transparentes.

Com as características existentes nas IFRS são minimizados os riscos para o investidor, para a empresa e ainda para os seus colaboradores devido aos critérios de reporte contabilístico com características homogéneas, rigorosas e concretas.

Deste modo, esta investigação tem como objetivo o estudo da influência de fatores de natureza macroeconómica e social na decisão de adoção das IFRS para PME, nos países em desenvolvimento.

Tendo o estudo uma base amostral de 60 países em desenvolvimento, em que se utilizam análises descritivas e a execução de um modelo de regressão logística múltipla

para que objetivamente se consigam avaliar os níveis de correlação das variáveis (macroeconómicas e social) na decisão de adoção das IFRS para PME.

Os resultados obtidos e a avaliação pormenorizada revelam conclusões concretas na área de estudo. Assim, existe evidência estatística para afirmar que quanto maior for o grau de desenvolvimento institucional maior será a propensão para os países em desenvolvimento adotarem as IFRS para PME, tal facto prende-se com a importância de variáveis, como: o índice de corrupção, a existência de um sistema de respeito e confiança nas regras em vigência (*Rule of Law*), a efetividade governativa, a qualidade regulatória, o PIB *per Capita* e a estabilidade política, em que todas estas variáveis devem ser otimizadas e tidas em linha de pensamento para gerar um nível de desenvolvimento institucional mais elevado. Tendo em conta que a correlação existente a este nível é elevada, é relevante que os países em desenvolvimento consigam criar condições para a existência de estabilidade política, que as propostas geradas pelo governo realmente consigam ser executadas, que existam ou sejam criadas entidades com poder regulatório e cumulativamente exista um sistema legislativo claro, justo e estável com um poder judicial neutro e competente.

Tendo em conta a variável índice de corrupção e fazendo a comparação deste indicador entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, o grupo de países com menor crescimento económico regista um índice de corrupção mais elevado quando comparado com os países desenvolvidos. Desta forma, é importante que exista uma mitigação da corrupção principalmente ao nível político para com isso ser mais coerente e ágil o processo de adoção de um sistema normativo contabilístico baseado nas IFRS para PME, corroborando a ideia de (Johnson, 2011) que sugere que quanto maior a propensão para a existência de *lobbying* maior será o tempo despendido para a existência de uma decisão positiva ou negativa relativamente à adoção das IFRS.

Importa ainda salientar a correlação positiva existente entre o PIB *per Capita* e o facto do país em desenvolvimento adotar as IFRS para PME, este facto é importante pois o crescimento económico através de fontes diversificadas, ou seja, aposta nas PME e grandes empresas para criação de riqueza no país potenciará num segundo plano por exemplo maior investimento estrangeiro, como defende (Lautier & Moreaub, 2012). Todavia é importante ressaltar que no que respeita às grandes empresas, estas são as maiores fontes potenciadoras de corrupção, segundo (Weymouth, 2012), identificando-

se aqui a solução da criação de reformas de carácter legal e financeiro que permitam a aposta nas PME para criação de riqueza no país de modo sustentado.

Importante conclusão é o facto de ser estatisticamente relevante a constatação de quanto maior o nível de educação/conhecimento maior a propensão para a adoção das IFRS para PME, tendo por base, variáveis como o nível de educação e a familiaridade com as IFRS. Este facto revela a importância do país ter um nível educacional elevado, formando profissionais que tomem melhores decisões e que possuam um conhecimento mais extensivo e minucioso acerca de determinada temática. Assim, este fator influencia positivamente a receptividade à adoção das IFRS para PME pelo país em desenvolvimento, sendo esta conclusão congruente com a investigação realizada por (Zehri & Chouaibi, 2013) mas segmentada para as IFRS. Ainda o facto do país em desenvolvimento estar familiarizado com as IFRS trará vantagens, pois o facto do país já ter implementado o sistema normativo base faz com que consiga perceber as vantagens adjacentes e com isso esteja mais predisposto a adotar o mesmo sistema contabilístico mas segmentado para PME.

Por outro lado, não foi encontrada evidência estatística para concluir algo relevante relativamente à hipótese 3 de investigação que pretendia investigar o nível de correlação entre o grau de abertura ao exterior por parte dos países em desenvolvimento e o facto destes adotarem as IFRS para PME. Deste modo, pelo facto dos resultados estatísticos obtidos não serem estatisticamente significantes não se pode afirmar nada relativamente às variáveis investimento estrangeiro e exportações de bens e serviços.

Holisticamente analisando todas as premissas conclusivas registadas na investigação constata-se que os países em desenvolvimento ainda têm um longo caminho a percorrer ao nível político-legislativo, regulatório e educacional. Pois só com a estabilidade destes 3 pilares se poderá augurar algo mais no desenvolvimento económico e contabilístico deste tipo de países.

8.2. Limitações

No que respeita às limitações da investigação, estas existem maioritariamente na parte empírica, podendo distorcer e até mesmo condicionar tanto a conceção como a posterior interpretação dos resultados obtidos. Assim, a carência de informação estatística é um fator a considerar, pois o facto da amostra de países em estudo incidir sobre o grupo de países em desenvolvimento tornou a obtenção dos dados estatísticos relevantes mais

difícil e ainda houve lugar à exclusão de determinados países devido à inexistência ou baixa existência de dados estatísticos compatíveis para imputar à base de dados no hiato temporal delimitado para a investigação.

Os resultados do estudo podem estar relativamente enviesados dado que a amostra de países elegíveis para o estudo foi constituída a partir do conjunto de países em que a informação estatística existia para o conjunto de variáveis (independentes e dependente) que inicialmente se estabeleceu.

8.3. Recomendações

Devido à existência de diversos fatores que possam influenciar a decisão de adoção das IFRS para PME e pela importância do trabalho de investigação nesta temática, como recomendação, de referir que possíveis trabalhos futuros podem investigar outros fatores influenciadores, assim como estudar especificamente para determinados continentes determinadas variáveis influenciadoras, deste modo, ter-se-á uma visão mais detalhada sobre o perfil dos países constantes em cada continente.

A possível investigação de fatores culturais que influenciem a decisão de adoção das IFRS para PME nos países em desenvolvimento, assume também particular interesse, visto que aquando a revisão da literatura foi percebida a evidente influência de fatores de cariz cultural na decisão de adoção das IFRS. Na atualidade, já existem estudos sobre a influência de fatores de natureza cultural na decisão de adoção das IFRS (Kvaal & Nobes, 2010; Lasmin, 2012; Nurunnabi, 2015), todavia existe carência de informação/conhecimento relativamente à influência desse tipo de fatores na decisão de adoção das IFRS para PME.

Para investigação futura sugere-se também, ter em linha de conta um intervalo de tempo mais ajustado à atualidade, já que com o evoluir do tempo vai surgindo mais e melhor informação estatística relevante, nomeadamente para o grupo dos países em desenvolvimento, em que neste caso específico, determinados países carecem total ou parcialmente de dados estatísticos confiáveis.

Outra das recomendações deve-se ao facto da tipologia dos países em desenvolvimento ter pouca influência na interação com o IASB, isto posteriormente reflete-se nas decisões que o IASB toma, sendo estas menos vantajosas para este grupo de países, pois não refletem o modo como os países estão estruturados em termos de infraestruturas regulatórias, estruturas políticas, bens e serviços transacionados e

tipologia de investidores. Tendo em linha de pensamento o anteriormente discriminado será importante analisar mecanismos de comunicação/interação que possam alavancar positivamente o modo de exercer influência junto do IASB.

9. Bibliografia

- Aisen, A., & Veiga, F. J. 2006. Does Political Instability Lead to Higher Inflation? A Panel Data Analysis. *Journal of Money, Credit and Banking*, 38 (5): 1-12.
- Albu, C. N. 2013. How relevant is size fo setting the scope of the IFRS for SMEs? *Accounting and Management Information Systems*, 12 (3): 424-439.
- Anwar, S., & Cooray, A. 2015. Financial flows and per capita income in developing countries. *International Review of Economics and Finance*, 35: 304-314.
- Ayyagari, M., Beck, T., & Demirguç-Kunt, A. 2003. *Small and medium enterprises across the globe*. Washington, DC.
- Bank, T. W. 18 de março de 2017. *World Governance Indicators*. Obtido de World Governance Indicators: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#doc-over>
- Barassi, M. R., & Zhou, Y. 2012. The effect of corruption on FDI: A parametric and non-parametric analysis. *European Journal of Political Economy*, 28: 302-312.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. 2008. International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*, 46 (3): 467-497.
- Bisticic, A., & Agatic, A. 2011. The importance of small and medium-sized enterprises in the Croatia economy and in the European Union States economies. *Scientific Journal of Maritime Research*, 25 (1): 145-158.
- Bohn, S. R. 2012. Corruption in Latin America: Understanding the Perception-Exposure Gap. *Journal of Politics in Latin America*, 4 (3): 67-95.
- Cascino, S., & Gassen, J. 2014. What drives the comparability effect of mandatory IFRS adoption? *Business Media New York*, 20: 243-280.
- Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. 2013. Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. *Journal of Accounting and Economics*, 56 (2): 147-177.
- Chua, W. F., & Taylor, S. L. 2008. The rise and rise of IFRS: An examination of IFRS diffusion. *Journal Accounting Public Policy*, 27: 462-473.
- Cunningham, L. X., & Rowley, C. 2010. Small and medium-sized enterprises in China: a literature review, human resource management and suggestions for further research . *Asia Pacific Business Review*, 16 (3): 319-337.
- Devi, S. S., & Samujh, R. H. 2015. The Political Economy of Convergence: The Case of IFRS for SMEs. *Australian Accounting Review*, 25 (2): 124-138.
- Dimoska, T., Tuntev, Z., & Nikolovski, B. 2015. The relationship between small and medium-sized enterprises, tourism and economic development. *Journal of Process Management*, 3 (1): 18-27.

- Dumciuviene, D. 2015. The Impact of Education Policy to Country Economic Development. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 191: 2427-2436.
- Dumitru, A. P. 2014. Perceptions of Professional Accountants On The Costs And Benefits Of Implementing Ias/Ifrs In Romania. *Global Economic Observer*, 2 (2): 66-75.
- Elliott, B., & Elliott, J. 2011. Financial Reporting – Evolution of Global Standards, *Financial Accounting and Reporting*: 101-128. 14^a ed. Harlow: Prentice Hall.
- Emerson, P. M. 2005. Corruption, competition and democracy. *Journal of Development Economics*, 81: 193-212.
- Evans, G., & Rose, P. 2012. Understanding Education's Influence on Support for Democracy in Sub-Saharan Africa. *Journal of Development Studies*, 48 (4): 498-515.
- Francis, J. R., Khurana, I. K., Martin, X., & Pereira, R. 2008. The Role of Firm-Specific Incentives and Country Factors in Explaining Voluntary IAS Adoptions: Evidence from Private Firms. *European Accounting Review*, 17 (2): 331-360.
- Freeman, R. B. 2009. *Labor regulations, unions, and social protection in developing countries: Market distortions or efficient institutions?*. Cambridge.
- Goel, R. K., & Nelson, M. A. 2010. Causes of corruption: History, geography and government. *Journal of Policy Modelling*, 32: 433-447.
- Herz, R. 2011. IFRS adoption: weighing all factors involved. *Compliance Week*, 37-39
- Herzer, D. 2012. How Does Foreign Direct Investment Really Affect Developing Countries Growth? *Review of International Economics*, 20 (2): 396-414.
- IAS. 7 de janeiro de 2017. *IAS PLUS*. Obtido de IAS PLUS: <https://www.iasplus.com/en/resources/ifrs-topics/use-of-ifrs>
- IASB. 7 de janeiro de 2017. *IFRS*. Obtido de IFRS: <http://www.ifrs.org/IFRS-for-SMEs/Pages/IFRS-for-SMEs.aspx>
- IASB. 15 de janeiro de 2017. *IFRS.org*. Obtido de IFRS.org: <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Analysis-of-SME-profiles.aspx>
- IASB, I. A. 2016. *A guide to the IFRS for SMEs*. Londres.
- International, T. 14 de janeiro de 2017. *Transparency International*. Obtido de Transparency International: <http://www.transparency.org/>
- Ionescu, L. 2013. Perceptions of corruption in emerging economies. *Economics, Management and Financial Markets*, 8 (1): 136-141.
- Jeanjean, T., & Stolowy, H. 2008. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal Accounting Public Policy*, 27: 480-494.
- Johnson, D. C. 2011. Political systems, lobbying, and the adoption of International Financial Reporting Standards. *SRRN Working Paper Series*, 1-42.
- Kao, H.-S., & Wei, T.-H. 2014. The effect of IFRS, information asymmetry and corporate governance on the quality of accounting information. *Asian Economy and Financial Review*, 4 (2): 226-256.

- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. 2016. *The worldwide governance indicators project: answering the critics*. Washington, DC.
- Kaya, D., & Koch, M. 2015. Countries' adoption of the International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs) - early empirical evidence. *Accounting and Business Research*, 45 (1): 93-120.
- Kersten, R., Harms, J., Liket, K. & Maas, K., 2017. Small Firms, large Impact? A systematic review of the SME Finance Literature. *World Development*, 97: 330-348.
- Kiliç, M., Uyar, A., & Ataman, B. 2014. Preparedness for and perception of IFRS for Smes: evidence from Turkey. *Accounting and Management Information Systems*, 13 (3): 492-519.
- Kotera, G., Okada, K., & Samreth, S. 2012. Government size, democracy, and corruption: An empirical investigation. *Economic Modelling*, 29: 2340-2348.
- Kruss, G., McGrath, S., Petersen, I.-h., & Gastrow, M. 2015. Higher education and economic development: The importance of building technological capabilities. *International Journal of Education Development*, 43: 22-31.
- Kvaal, E., & Nobes, C. 2010. International differences in IFRS policy choice: a research note. *Accounting and Business Research*, 40 (2): 173-187.
- Kythreotis, A. 2015. The Interrelation among Faithful Representation (Reability), Corruption and IFRS Adoption: An Empirical Investigation. *International Journal of Business and Economic Sciences Applied Research*, 8 (1): 25-50.
- Landsman, W. R., Maydew, E. L., & Thornock, J. R. 2012. The information content of annual earnings announcements and mandatory adoption of IFRS. *Journal of Accounting and Economics*, 53 (1): 34-54.
- Lasmin. 2012. Culture and the globalization of the international financial reporting standards (IFRS) in developing countries. *Journal of International Business Research*, 11 (2): 31-43.
- Lautier, M., & Moreaub, F. 2012. Domestic Investment and FDI in developing countries: The missing link. *Journal of Economic Development*, 37 (3): 1-23.
- Linden, M., & Ray, D. 2017. Aggregation bias-correcting approach to the health-income relationship: Life expectancy and GDP per capita in 148 countries, 1970-2010. *Economic Modelling*, 61: 126-136.
- MCC. 7 de janeiro de 2017. *Millenium Challenge Corporation*. Obtido de MCC: <https://www.mcc.gov/who-we-fund/indicator/government-effectiveness-indicator>
- Neamtu, D. M. 2015. Education, the economic development pillar. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 180: 413-420.
- Nurunnabi, M. 2015. The impact of cultural factors on the implementation of global accounting standards (IFRS) in a developing country. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, 31: 136-149.
- OECD. 2009. *Policy brief*. Paris.

- Oladipo, O. S. 2013. Does foreign direct investment cause long run economic growth? Evidence from the Latin American and the Caribbean countries. *International Economics & Economic Policy*, 10: 569-582.
- Pacter, P. 2014. *The IFRS for SMEs*. Londres.
- Perera, D., & Chand, P. 2015. Issues in the adoption of international financial reporting standards (IFRS) for small and medium-sized enterprises (SMEs). *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, 31: 165-178.
- Shima, K. M., & Yang, D. C. 2012. Factors Affecting the Adoption of IFRS. *International Journal of Business*, 17 (3): 276-298.
- Telatar, E., Telatar, F., Cavusoglu, T., & Tosun, U. 2010. Political instability, political freedom and inflation. *Journal of Applied Economics*, 42 (30): 3839-3847.
- Unesco. 2011. *International standard classification of education*. Paris.
- Volcker, P. 2002. *Prepared statement of the honorable Paul Volcker*. Washington, DC.
- Weber, J. 2008. The Impact of Corruption on Economic Growth: Does Government Matter? . *Journal of Economic Perspectives*, 22 (2): 53-72.
- Weymouth, S. 2012. Firm Lobbying and influence in developing countries: a multilevel approach. *Business and Politics*, 14 (4): 1-26.
- WJP. 7 de janeiro de 2017. *World Justice Project*. Obtido de World Justice Project: <http://worldjusticeproject.org/what-rule-law>
- Worldatlas. 18 de dezembro de 2016. *World Atlas*. Obtido de World Atlas: <http://www.worldatlas.com/cntycont.htm>
- Zehri, F., & Chouaibi, J. 2013. Adoption determinants of the International Accounting Standards IAS/IFRS by developing countries. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science* , 18: 56-62.
- Zeng, K., & Eastin, J. 2012. Do Developing Countries Invest Up? The Environmental Effects of Foreign Direct Investment from Less- Developed Countries. *World Development*, 40 (11): 2221-2233.

Anexo 1

Para se poder realizar a ACP as variáveis originais têm que estar correlacionadas entre si, como mostra a tabela 7 presente no estudo.

A estatística KMO varia entre “0” e “1” e é uma medida do grau de adequabilidade da amostra recolhida para a realização da análise em componentes principais. São considerados aceitáveis valores do KMO acima de 0,6. Deste modo, para esta investigação o valor do KMO situa-se nos 0,826, sendo este um valor claramente aceitável.

Tendo em conta que para poder explicar 100% da variância das 10 variáveis originais será necessária uma solução com 10 componentes principais, o que não será relevante. Assim importa estabelecer o número que otimiza a quantidade de CP's com maior percentagem de explicabilidade. Pelo critério de *Kaiser* obtém-se uma solução ótima de 3 CP's, em que estas explicam 75,25% da variância total das 10 variáveis originais.

Tabela 11 - Variância explicada (Critério de Kaiser)

Compo- nente	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	Variância (%)	Variância acumulada (%)	Total	Variância (%)	Variância acumulada (%)	Total	Variância (%)	Variância acumulada (%)
1	5,166	51,661	51,661	5,166	51,661	51,661	4,449	44,490	44,490
2	1,281	12,811	64,472	1,281	12,811	64,472	1,686	16,864	61,354
3	1,077	10,775	75,247	1,077	10,775	75,247	1,389	13,893	75,247
4	0,849	8,487	83,734						
5	0,691	6,910	90,644						
6	0,432	4,324	94,968						
7	0,227	2,271	97,239						
8	0,151	1,154	98,753						
9	0,078	0,781	99,534						
10	0,047	0,466	100,000						

Também tendo em consideração o critério do *Scree Plot*, observa-se pelo gráfico obtido que este valida o número de CP's obtidas no critério de *Kaiser*.

Figura 1 - *Scree Plot*

